

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA E O MERCADO
COMUM DO SUL: A IMPORTÂNCIA DE UM FORTALECIMENTO**

FERNANDA AUGUSTA PEREIRA DUTRA SANTOS

**BRASÍLIA - DF
NOVEMBRO / 2003**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA E O MERCADO
COMUM DO SUL: A IMPORTÂNCIA DE UM FORTALECIMENTO**

FERNANDA AUGUSTA PEREIRA DUTRA SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília como parte dos
requisitos para obtenção do título de bacharel
em Relações Internacionais.

Professor Orientador: MsC. Sérvulo Vicente Moreira

Membros da Banca Examinadora:

Professor: Fernando Vieira Machado.

Professor: Alaor Silvio Cardoso.

**BRASILIA-DF
NOVEMBRO / 2003**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA E O MERCADO
COMUM DO SUL: A IMPORTÂNCIA DE UM FORTALECIMENTO**

FERNANDA AUGUSTA PEREIRA DUTRA SANTOS

BANCA EXAMINADORA

Prof. MsC. Sérvulo Moreira Vicente- Presidente
Professor: Fernando Vieira Machado-Membro.
Professor: Alaor Silvio Cardoso-Membro.

**BRASILIA-DF
NOVEMBRO / 2003**

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão desta monografia aos meus pais: Rinilde Pereira Dutra e Enor Pereira dos Santos, que sempre me apoiaram em todos os momentos difíceis e me incentivaram a dar o melhor de mim. As minhas irmãs Fabiana Augusta Pereira Dutra Santos e Élide Pereira dos Santos que sempre estiveram ao meu lado. Aos meus parentes e amigos e em especial a Rodrigo Nunes Valadares e Fabíola Alves Borges, pelos momentos em que me passaram alegria, tranquilidade, paciência e atenção quando de minhas angústias. Ao meu orientador Prof. MsC. Sérvulo Moreira Vicente por toda a experiência e conhecimento que me transmitiu acima de tudo. Aos inimigos de qualquer forma se é que eles existem e a Deus, meu companheiro inerente, constante e inseparável, consolo dos momentos de aflição e sempre presente para compartilhar as alegrias e as inesperadas conquistas.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	IV
LISTA DE TABELAS.....	VI
LISTA DE GRÁFICOS.....	VI
SINOPSE.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROBLEMA SUA IMPORTÂNCIA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 OBJETIVOS GERAL.....	15
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 HIPÓTESE.....	16
1.4 METODOLOGIA.....	17
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
1.5.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
1.5.2 MARCO TEÓRICO.....	20
1.5.3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	20
1.5.4 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA.....	27
2- CENÁRIO INTERNACIONAL.....	37
3- AS EXPERIÊNCIAS LATINO- AMERICANAS.....	40
4- FORMAÇÃO DO MERCOSUL.....	49
4.1 ATUAL ESTRUTURA DO MERCOSUL.....	49
4.2 O MERCOSUL PARA A AMÉRICA LATINA.....	53
5- CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS.....	63

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Exportações Brasileiras por Unidade Federativa em Milhões de Dólares 1990-2001

TABELA 2- Exportações Brasileiras para o Mercosul por Unidade Federativa em Milhões de Dólares de 1990-2001

TABELA 4- Relação entre Exportações Brasileiras para o Mercosul e Exportações Brasileiras Totais

TABELA 5- Empresas Brasileiras Exportadoras para o Mercosul e sua presença no Mercado Exportador para este Bloco.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Número de Empresas Exportadoras para o Mercosul 1990-2001.

GRÁFICO 2- Participação do Mercosul no PIB da América Latina

GRÁFICO 3- I.E.D no Mercosul: Distribuição por setores.

GRÁFICO 4- Participação no Comércio Mundial

LISTA DE SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
ALALC- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALADI- Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado
GATT- Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio
ZLC- Zona de Livre Comércio
ONU- Organização das Nações Unidas
MCCA- Mercado Comum Centro Americano
CARICOM- Comunidade do Caribe
CAN- Comunidade Andina
CECA- Comunidade Européia do Carvão e do Aço
NAFTA- Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

SINOPSE

Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise a respeito das teorias de integração, em especial a utilizada para os países latino-americanos, e a partir da trajetória ALALC e ALADI, demonstrar aspectos que originaram o Mercado Comum do Sul destacando que este, fazendo parte deste processo histórico, impulsiona o desenvolvimento de seus países membros e demais países da região.

ABSTRACT

This final paper has as objective to make a brief analysis of the integration process in Latina America that resulted in the creation of Mercosul, specially ALALC and ALADI. This analyses shows that Mercosul is part of the Latin American historical process and it stimulates the development of its members and other countries in the region.

INTRODUÇÃO

Observa-se o crescimento do comércio internacional e sua importância como agente propulsor de desenvolvimento econômico. Há um novo estado de espírito e uma abordagem mais pragmática e menos ideológica da importância da participação de países na economia mundial.

No momento em que se discute intensamente a formação de blocos de países como sendo uma das características da economia mundial dos dias atuais a América Latina demonstra interesse em participar deste contexto, inicia uma série de tentativas integracionistas no intuito de criar um bloco que represente a região e fortaleça os laços entre seus países.

O presente trabalho é iniciado com uma conceitualização da integração econômica regional de maneira geral e observada para a América Latina, destacando que as influências das discussões acerca da integração regional para América Latina aparecem timidamente a partir da década de 1950, com influência das idéias da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), em um contexto que utilizava a política de substituição de importações para alavancar o desenvolvimento econômico e a industrialização dos países da região. Nos anos 1990, a integração econômica regional reaparece dentro de um cenário mundial, caracterizado pelo regionalismo aberto, consiste numa fase de inserção dos países em uma economia internacional de livre comércio e de idéias neoliberais.

Os primeiros ideais de integração econômica para a América Latina são utilizados para superação de alguns entraves estruturais: alta vulnerabilidade externa, dependência econômica, estagnação, comércio limitado e industrialização tardia, característica desta região.

Em segundo momento demonstrará as experiências de integração latino-americanas em especial a ALALC e ALADI, como impulsionadoras da criação do Mercado Comum do Sul.

Em um terceiro momento se concluirá que a criação do Mercado Comum do Sul é válida e, a partir de um breve histórico sobre este bloco, analisar-se-á sua atualidade, ganhos e

desafios, se verificará que este bloco é importante para seus países membros e demais da região tornando seu fortalecimento fundamental.

Nesse contexto a questão fundamental que move este trabalho é averiguar se todos os esforços latinos americanos em construir um bloco econômico, representando os anseios desta região, não foram e não são em vão, e em que o Mercado Comum do Sul representa um modelo positivo para estes países.

1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial nas Relações Internacionais, o fenômeno da integração tem sido objeto de estudo na literatura econômica política. O sentimento de união política e econômica entre os países passa a ser traduzido pela elaboração sistemática de teorias de integração em diferentes centros¹.

A economia mundial vem sendo cada vez mais influenciada por duas realidades estreitamente vinculadas. Por um lado observa-se uma crescente interdependência econômica, política e social, decorrente da globalização dos circuitos produtivos, capitais, tecnologia e serviços. Por outro, nascem e consolidam-se espaços geo-econômicos regionais. Uma das tendências mais claras do atual quadro econômico é a organização da produção segundo processos de integração, que consistem na eliminação e/ou harmonização de normas, de modo a facilitar a livre circulação de bens, serviços, capitais e mão de obra.²

Quando se discute a formação de Blocos Regionais ou em Integração Econômica entre países, há a noção sistêmica de acordos que facilitam as relações econômicas entre eles e, neste sentido liberalizam mercados. A liberalização pode ser desde o estabelecimento de meras reduções tarifárias entre países do bloco (Zonas de Preferências Tarifárias), Áreas de Livre Comércio, Uniões Aduaneiras, Mercado Comum e até uma União Monetária.

Para XAVIER (1999)³, globalização e integração econômica regional são fenômenos que estão cada vez mais presentes e influirão fortemente na vida de todos os habitantes do mundo. Globalização se apresenta como um feito exógeno que penetra em todos os Estados, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. A integração regional é o fruto de uma decisão estratégica dentro de um grupo de Estados, é o resultado de uma decisão adotada livremente por um conjunto de países para fazer frente a uma competição internacional no comércio cada vez mais dura.

¹ VIEIRA, Jéferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente a globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.81.

² LIMA, Carlos Marcos. **Integração econômica**. Revista Política e Trabalho. Pernambuco: março, v.30, nº23, 1999, p.43-62.

³ XAVIER, Ricardo Basaldúa, **Mercosur Derecho de la Integración**. Buenos Aires: Abeledo.Perrot. 1999 p.13-22.

No caso dos países latino-americanos, algumas vantagens podem advir de uma iniciativa integracionista:

I- aumentar o poder de negociação frente a terceiros países;

II- formular políticas econômicas nacionais mais coerentes: Um país que se mantenha à margem de processos de cooperação e integração pode levar a política que mais convenha a seus interesses unilaterais; já a participação em esquemas de integração direciona à aceitação de certa disciplina, nos diversos campos de ação multilateral ou bilateral;

III- Aumentar a capacidade produtiva, a produtividade, o poder de concorrência;

IV- Adiantar o processo de industrialização com a possibilidade de aproximação dos níveis tecnológicos do mundo desenvolvido;

V- Possibilitar a viabilidade econômica dos países menores;

VI- Conseguir defender os preços de seus produtos no mercado mundial;

VII- Melhorar o comércio intra-zonal;

VIII- Superar a escassa dimensão dos mercados;

IX- Melhorar as pautas de distribuição da riqueza;

X- Inserir-se em melhores condições, no esquema internacional.⁴

O Mercosul e suas origens são vislumbrados como alternativas de ampliação de mercado, incremento da participação no comércio internacional, desenvolvimento econômico, tornando-se importante o seu estudo.

⁴SCHAPOSNIK, Carlos Eduardo. **As teorias da integração e o Mercosul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.232-234.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar, a partir de breve análise da trajetória via ALALC e ALADI, a formação e a consolidação do Mercado Comum do Sul como importante bloco econômico para seus países membros e demais países da região.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Conceitualizar a integração econômica;
- Analisar o pensamento integracionista para a América Latina;
- Apresentar sucinta análise do contexto internacional Pós 2º Guerra;
- Destacar as experiências ALALC e ALADI como formadores do Mercosul;
- Analisar o processo de formação do Mercado Comum do Sul e seu contexto atual, ganhos e desafios para seus países membros.

I.3 HIPÓTESE

O Mercosul tem em suas origens, todas as discussões integracionistas latino-americanas ocorridas no âmbito da ALALC e ALADI, torna-se peça fundamental na consolidação de um bloco na América Latina. É dinâmico e produz resultados positivos.

I.4 METODOLOGIA

Será realizada uma pesquisa sistêmica comparada, baseada em: livros específicos, publicações, teses, textos especializados, jornais, revistas e entrevista se for o caso, Internet a respeito do tema ou de temas afins.

A monografia será desenvolvida baseada em textos específicos sobre o Mercosul.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

1.5.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a CEPAL (1998), a integração é um instrumento propulsor de desenvolvimento e industrialização, os países latino-americanos, portanto, deveriam criar um mercado comum latino americano para a superação de suas limitações: o subdesenvolvimento e a falta de industrialização. Observa-se, que dentro do cenário internacional as relações econômicas internacionais entre desenvolvidos e em desenvolvimento eram marcadas pela deterioração dos termos de trocas (os países subdesenvolvidos exportam produtos primários e importam produtos manufaturados) havia, portanto uma relação de centro e periferia que ocasionava um círculo vicioso, uma dependência. A Integração econômica vinha como instrumento alternativo para superação desta condição.

Já HERRERA (1966), destaca a necessidade de se discutir o tema para os países latino-americanos, não somente em âmbito acadêmico, mas em setores muito mais amplos da opinião pública. Destaca Simón Bolívar como agente propulsor dos ideais integracionistas na América Latina e que o processo de integração latino-americano é uma tarefa de reencontro e de reidentificação de uma grande massa despedaçada. A integração é também como nos ideais cepalinos, encarada como alternativa de superação de obstáculos e problemas existentes na região. Entendida como empreendimento coletivo dos povos latino-americanos, que fundados nas afinidades de origem e perspectiva histórica, devem tentar de acordo com um programa comum, alcançar o desenvolvimento conjunto da região

Relata que a idéia de integração corresponde a uma nova etapa na escala mundial da organização político-econômica contemporânea segundo a qual as nações se organizam em blocos econômicos.

BALASSA (1961) foi um dos mais importantes teóricos da integração. A integração só se justifica se for capaz de gerar bem estar para todos os estados membros.

Segundo BALASSA (1961), a integração econômica é a junção de várias parte num todo, faz parte das relações econômicas internacionais, amplia o comércio internacional, fortalece o crescimento econômico devido a influência da junção de mercados nacionais e necessita de harmonização e convergência na coordenação de políticas econômicas dentro da união. Destaca a criação e o desvio de comercio como fenômenos que surgem de uma integração econômica, o benefício de uma integração vem do aumento da criação de comércio em relação ao desvio.

Para SCHAPOSNIK (1997), a integração trata de um ato consensual, ou seja, que não é derivado de um ato de força

1.5.2 MARCO TEÓRICO

1.5.3- INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A integração deve ser entendida como um processo de unificação de sociedades, que tendem a formar uma coletividade harmoniosa, a partir, de liberalizações das trocas comerciais, dos movimentos de capitais, pessoas, serviços, e reduções de discriminações entre os estados membros.⁵

O uso da palavra integração pode especificar a junção de dois ou mais países em uma região econômica. “Significa a junção de várias partes num todo.”⁶

Para a origem destes movimentos integracionistas pode-se discutir aspectos políticos e econômicos, para BALASSA (1961), existe um grau de interdependência considerável entre estes dois. Tanto motivos políticos quanto motivos econômicos podem levar a criação de uma integração econômica sendo que a prevalência de um aspecto pode levar mais tarde a existência do outro.

As diversas etapas de integração iniciam-se com formas inferiores e vão evoluindo até formas superiores, avançando através de liberalizações de trocas, liberalizações de movimentação de fatores, harmonização das políticas econômicas nacionais, até a unificação completa destas políticas.

Segundo QUINTELA⁷ (1982), a integração econômica visa criar uma estrutura capaz de trazer maior desenvolvimento às regiões e ocorre através da supressão dos impostos aduaneiros, das restrições quantitativas e qualitativas às importações e de diversos entraves à livre circulação de fatores no interior de uma área: produtos, força de trabalho e capital. A eliminação destas barreiras freqüentemente ocorre em um processo gradativo através de fases e estágios, no sentido da integração.

⁵ VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente à globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.81.

⁶ BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 2º Ed. Lisboa: Ed. Livraria clássica, 1961, p.11.

⁷ QUINTELA, Thereza Maria Machado. **Teoria da Integração Econômica**. Brasília: Coleção Gerson Augusto da Silva, 1982, p12-17.

Para BALASSA (1961), a integração econômica pode se revestir de várias formas que traduzem diferentes graus de integração, cinco estágios que podem ser resumidos em:

1- Zonas de Preferências Tarifárias são grupos de dois ou mais países os quais se negociam reduções totais ou parciais de tarifas aduaneiras, limitadas a listas de mercadorias por eles definidas. Podem também conter outras disposições, tais como acordos setoriais, de transporte, investimentos, serviços, comércio fronteiriço, sem compromisso de eliminar integralmente as tarifas.

2- Em uma Zona de Livre Comércio, dois ou mais países eliminam as tarifas aduaneiras e outras regulamentações comerciais restritivas. Parte substantiva das mercadorias é comercializada com tarifa zero de importação, os direitos entre os países participantes são abolidos mas cada país mantém suas tarifas externas comuns próprias em relação a países não membros.

3- O estabelecimento de uma União Aduaneira pressupõe supressão de tarifas alfandegárias, de restrições quantitativas existentes entre estados membros, adoção de uma tarifa externa comum configurando uma comunidade tarifária, legislação aduaneira comum e igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros.

4- O Mercado Comum consiste em uma união aduaneira na qual os estados membros determinam a eliminação das restrições sobre produtos, bem como a livre circulação dos demais fatores produtivos, como pessoas, serviços e capital, é uma forma mais elevada de integração econômica.

5- A União Econômica distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas.

A Integração Econômica Total pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os estados membros. Os estados membros passam a adotar uma política fiscal e social uniformes, bem como delegam a uma autoridade supranacional poderes para elaborar essas políticas, as decisões devem ser acatadas por todos os estados-membros.

Esse esquema de BALASSA (1961), é importante porque serve como referência a tipos ideais de integração econômica.

O processo de integração econômica vai eliminando a discriminação de forma gradual, mediante o cumprimento de etapas sucessivas.

Segundo XAVIER⁸ (1999) a integração é o resultado de uma decisão adotada livremente por um conjunto de países para fazer frente a uma competição internacional no comércio cada vez mais dura.

A integração consiste em construir um novo espaço econômico político, cultural a partir de diversos espaços econômicos. Há uma eliminação de formas de discriminações iniciais como no aspecto comercial ou no que diz respeito ao trânsito de pessoas, serviços e capitais em processos de integração mais avançados.

Assim os postulados do GATT pressupõem a existência de um equilíbrio competitivo entre os países, equilíbrio esse que é afetado sobretudo pelas restrições tarifárias impostas por cada país: “Se abolir as restrições significa restaurar o equilíbrio comercial, o que conduz a uma maior competitividade e especialização e portanto ao aumento do bem estar econômico”.⁹

Para RATTI (1979)¹⁰ embora um dos objetivos do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio seja a eliminação do tratamento discriminatório no comércio internacional, o GATT não proíbe a formação de blocos econômicos ou aduaneiros que objetivem a remoção de tarifas e outras barreiras ao comércio somente entre países participantes desses blocos. Assim uma União Aduaneira e uma Zona de Livre Comércio, em seu artigo 24, podem ser toleradas e até mesmo estimuladas.

A razão principal de o GATT propor estas duas formas de integração coaduna com seus princípios fundantes: A liberalização das trocas comerciais em nível global é imprescindível. Tal proposição liberalizante é apresentada por David Ricardo (1817), na

⁸ XAVIER, Ricardo Basaldúa. **Mercosur Derecho de la Integración**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1999, p.30.

⁹ VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente a globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.100.

¹⁰ RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e câmbio**. 3º ed. São Paulo: Referência, 1979, p.110.

Teoria das Vantagens Comparativas¹¹ em que afirma que a liberalização das trocas internacionais promove o aumento do bem estar ao reforçar a divisão internacional do trabalho.

Segundo esta teoria, em um sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica, buscando uma vantagem individual.

Segundo RATTI (1979), Ricardo argumenta em toda sua obra a favor da liberdade de comércio entre as nações e contra qualquer protecionismo. A “Teoria das Vantagens Comparativas” tem sido utilizada, desde então como argumento decisivo a favor da divisão internacional do trabalho, a partir das livres trocas entre os agentes econômicos de todos os países. Em geral os que pregam o livre cambismo¹² não considera o fato de que há grandes diferenças entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas dos diversos países e que os países mais desenvolvidos impõem aos menos desenvolvidos os termos de intercâmbio.

Para RATTI (1979) essa teoria alcança o mundo e é aceita nos países em desenvolvimento. O livre-cambismo leva esses países a se especializarem na produção primária o que retarda bastante sua industrialização. Diversas teorias do comércio internacional têm isso propostas, mas a abordagem Ricardiana continua sendo o ponto de partida clássico.

Quaisquer que sejam os processos de integração existentes ou que venham a existir terão em suas bases de sustentação as etapas pelas quais devem transitar destacadas por Balassa.

É necessário não confundir integração com cooperação. Ambos os aspectos possuem significados distintos, já que a cooperação consiste em uma atividade com um objetivo determinado, que não constitui uma nova entidade e que tende a desaparecer com o alcance deste objetivo.¹³

¹¹ A especialização internacional dos países é vantajosa, as nações canalizam no comércio internacional os seus recursos para a produção daqueles bens em que sua eficiência fosse relativamente maior. As diferenças de especializações de cada país trás aumento do intercâmbio.

¹² “Laissez faire” -doutrina pela qual o governo deveria limitar-se à manutenção da lei e da ordem e remover todos os obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

¹³ SCHAPOSNIK, Carlos Eduardo. **As teorias da integração e o Mercosul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.232-234.

“Partir de alguns componentes que consideramos substanciais: em primeiro lugar, a integração se trata de um ato consensual, ou seja, que não é derivada de um ato de força, como a anexação de territórios, mas adotada pelos países; em segundo lugar, adota um critério diferente do tradicional no que respeita a soberania das nações, já que se aceita a constituição de uma entidade diferenciada a que se cedem atribuições próprias; em terceiro lugar, o acordo supera o simples tratado comercial; em quarto lugar que finalmente essa unidade gradual pode chegar a fundir os países em uma só nação, ou a constituir uma federação de países, ainda que respeitando as individualidades e características nacionais; em quinto lugar, podemos concordar que em geral trata-se de acordos entre países fronteiriços, porém em realidade a velocidade das comunicações pode chegar a superar este conceito”.¹⁴

Outra teoria de âmbito mundial é a formulada por Gunnar Myrdal¹⁵, toma como característica básica das relações econômicas internacionais as disparidades e assimetrias entre os países e dá ênfase à necessidade de transformação das estruturas e a harmonização do crescimento econômico, no plano mundial. *“Por integração econômica entendo, nesta obra a realização do antigo ideal ocidental de igualdade de oportunidades”.*

Para MYRDAL (1967) a integração econômica está ligada a um processo social, defende que esta não pode ser definida somente em seu aspecto econômico, é preciso ir além desse conceito até ideais mais gerais de mudanças sociais liberdade, democracia, interações mútuas, processo social de motivação cumulativa. A chegada destes objetivos nos mostra a realização de alto nível de integração econômica.

“Em tal sentido, a integração econômica é, no fundo, não apenas um problema econômico, mas também um problema de ciência política de sociologia e de psicologia social. A realização gradual de igualdade de oportunidades supõe a existência de uma comunidade dotada de uma mobilidade social ainda mais livre, baseada em uma plena aplicação das normas de igualdade e liberdade. As pessoas devem Ter cada vez mais consciência de serem membros de um mesmo grupo e de compartilhar interesses e responsabilidade comuns; de fato, e a medida que avançarmos, veremos com maior clareza que o integração econômica é um fenômeno complexo, que não se pode estudar devidamente, sem considerar em conjunto a mudança social. As condições de progresso econômico geral são necessárias para dar maior grau de realização ao ideal de igualdade de oportunidades; ao mesmo tempo, se compreende que igualar as oportunidades é uma condição para o constante progresso econômico.”

¹⁴ ibidem

¹⁵ GUNNAR, Myrdal. **Perspectivas de uma economia internacional**. Editora Saga. 1967 p.81.

Três tipos de soluções são preconizados por Myrdal: a elevação das taxas de crescimento dos países subdesenvolvidos pela ação dos países industrializados sobre as estruturas e os fluxos do comércio entre os dois grupos de países, a elevação do crescimento organizada pelos próprios países em desenvolvimento e a multiplicação das ações de cooperação multilateral: *“a integração econômica internacional é a realização do mesmo ideal de igualdade de oportunidades nas relações dos povos de diferentes nações.”*

Para MYRDAL (1967) o objetivo da integração seria, portanto, o crescimento harmônico e equilibrado das economias nacionais, o qual seria alcançado pela ampliação da comunidade de interesses e a harmonização das políticas dos Estados.

Para BALASSA (1961) um dos objetivos fundamentais da integração é promover um aumento do bem estar *“para avaliar se a integração é ou não desejável, torna-se necessário considerar a forma como esta contribui para o bem estar”*. No caso da integração o bem estar poderá ser afetado por uma variação na quantidade de bens produzidos, alteração no grau de discriminação entre produtos fabricados internamente e no estrangeiro, redistribuição do rendimento dentro de cada país.

De qualquer forma, são muitas as possibilidades de sucesso quando da integração econômica: aumentar a eficiência, incorporar tecnologia, induzir economias de escala e novas inversões, elevar a competitividade internacional dos países membros.

A aplicação de uma integração econômica muda necessariamente à relação de trocas entre mercadorias, isso conduz a uma substituição entre elas e uma modificação do volume de comércio preexistente.¹⁶

“As restrições aos movimentos de mercadorias, implicam uma discriminação entre os bens produzidos internamente e os no estrangeiro; um direito aduaneiro leva os consumidores a comprar mais produtos fabricados internamente que são mais baratos, em relação aos produtos estrangeiros, que se tornam mais caros. A abolição dos direitos no interior da união acabará com as discriminações entre as mercadorias dos países membros, mas dará lugar a discriminações em relação aos produtos estrangeiros e a favor dos bens produzidos em países participantes: resumindo a eficiência econômica significa eficiência na produção e nas

¹⁶ QUINTELA, Thereza Maria Machado. **Teoria da Integração Econômica**. Brasília: Coleção Gerson Augusto da Silva, 1982, p23.

*trocas, e uma melhoria de uma ou das duas constitui um aumento do bem estar potencial”.*¹⁷

Existem ainda dois fenômenos que os processos de integração trazem: a criação e o desvio de comércio. Por criação de comércio pode ser a transferência da produção de bens que vem se realizando em um país a custos elevados, mas sob proteção tarifária para um outro país membro da União em que esta produção se realiza a custos menores a partir da retirada das restrições tarifárias existentes entre dois países, um deles deixa de produzir internamente determinado bem, passando a importá-lo de outro, em decorrência do menor custo de produção desse e como consequência de seu menor preço.

O desvio consiste na transferência da produção de baixos custos realizada fora da União para o interior desse mesmo que isto implique custos mais elevados de produção, há um novo eixo de comércio e não criação implica no deslocamento do produtor mais eficiente, não sócio, em favor do menor eficiente, sócio. Deixa-se de comprar de um terceiro estrangeiro para comprar de um membro do bloco.

Para BALASSA (1961) os benefícios que a União traz depende da relação entre a criação e o desvio de comércio que ela produz. Quanto maior a criação relativamente ao desvio de comércio, maiores serão os benefícios proporcionados por uma União Aduaneira.

¹⁷ BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 2º Ed. Lisboa: Ed. Livraria Clássica, 1961, p.50.

1.5.4 INTEGRAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

Existem fatores que determinam a atual situação econômico-social dos países latino-americanos. São suficientemente conhecidos aspectos de ordem política, institucional, econômico, financeiro, social e cultural caracterizando uma deficiência de organização estrutural interna constituindo empecilhos ao desenvolvimento o excesso de desconfiança entre os países latinos¹⁸, a histórica herança do colonialismo¹⁹, a dependência tecnológica, de recursos financeiros e de investimento dos grandes centros capitalistas mundiais.²⁰

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo da ONU, em 1948, pode ser considerada um marco importante em termos de estudos a respeito de programas econômicos e ideais integracionistas. As idéias cepalinas objetivavam inicialmente induzir o desenvolvimento industrial e internacional da região latino-americana e caribenha. É uma instituição importante na tarefa de construir um conceito de coletividade latino-americana, com seu trabalho intelectual, ela se projetou internacionalmente e em consequência contribuiu para uma afirmação da América Latina. Como escola de pensamento que se tornou, a CEPAL congregou e formou grande parte dos Cientistas Sociais da América Latina.

De acordo com o livro *Cinquenta anos de CEPAL* (1998)²¹, a integração européia foi acompanhada com atenção pelos economistas latino-americanos e técnicos desta instituição, principalmente em função dos êxitos que são alcançados e pela situação crítica que os países latino-americanos enfrentam com suas exportações na deterioração dos meios de trocas.

Nos anos 50, a integração era a melhor alternativa que se oferecia aos países em desenvolvimento para acelerar seu crescimento. Os primeiros ideais tinham como objetivo utilizar o caminho da integração econômica para buscar uma industrialização.²²

¹⁸ Baixa comunicação entre si, estes países sempre mantiveram suas atenções voltadas para os grandes centros econômicos mundiais.

¹⁹ Povoamento de exploração, as colônias eram mantenedoras de suas metrópoles e possuíam uma economia agroexportadora, há também um mecanismo de trocas desiguais com exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados, uma dependência tecnológica, de recursos.

²⁰ Para Guimarães há um dualismo tecnológico configurando uma divisão internacional da inovação, onde algumas economias derem e eventualmente, fornecem inovações ultrapassadas enquanto outras apenas utilizam.

²¹ **Cincuenta años de pensamiento en la Cepal.** Textos seleccionados, volume II. Chile, 1998, p.325.

²² **REVISTA DE LA CEPAL**, número extraordinário, seleção de textos out. 1998, p35.

A CEPAL diagnosticou como se davam as relações econômicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

“A estrutura das relações econômicas internacionais faria com que países latino-americanos se caracterizassem pelo fato de ter uma alta proporção de exportações compostas por produtos básicos, cuja demanda mundial se expandiria lentamente, e , em contrapartida, importaria bens de tecnologia mais avançada, cuja demanda cresceria rapidamente. Isto geraria uma tendência sistemática de déficit comercial porque as necessidades de importação cresceriam mais rapidamente do que as das exportações.”

A CEPAL contribuiu para os esforços de integração econômica regional da década de 50, esforços que culminaram, em 1960, com a constituição da Associação Latino-Americana (ALALC). Por sua vez, foi uma fonte importante de capacidades técnicas para a realização de estudos sobre a expansão do comércio regional e para o desenho das políticas de integração latino-americana²³.

Baseando-se nesta relação econômica que se dá entre países industrializados e não industrializados se podem perceber variáveis que permitem a análise e o entendimento das tentativas promovidas pelos países em desenvolvimento para alcançar uma inserção internacional e reduzir o hiato existente entre os ricos e pobres, a CEPAL então, a partir destas variáveis, prioriza em seus objetivos e em suas políticas a promoção de um desenvolvimento industrial e uma integração regional entre os países da América Latina, apontando possíveis benefícios decorrentes destes processos, buscando soluções para que este relacionamento não seja tão desigual criando mecanismos de ação com o fim de promover maior competitividade de nações menos favorecidas.

Para VIEIRA (2001), no plano geopolítico, dois processos influenciaram a emergência do novo conceito: a descolonização afro-asiática e a integração econômica européia. O movimento descolonizador gerou, como ideologia, o terceiro mundismo. Os países subdesenvolvidos reivindicavam atenção do planeta para a divisão hemisférica entre o industrializado Norte e o carente Sul:

“A integração regional da América Latina tem que ser entendida como empreendimento coletivo dos povos latino-americanos, que, fundados em sua afinidade de origem e perspectiva histórica, devem tentar, de acordo

²³ HOUNIE, Adela. **Cepal: Velhas e Novas idéias. Econômica e Sociedade**. Campinas. Dez 1995 p.79-109.

*com um programa comum alcançar o desenvolvimento conjunto da região como o melhor meio de assegurar o de cada um dos países que a compõem”.*²⁴

Para HERRERA (1966), uma das mais profundas razões de se promover uma integração tem origem no fato de as circunstâncias existentes no mundo contemporâneo limitarem a possibilidade de alguns países saírem da condição de subdesenvolvimento, e assim, somente se estruturando em esquemas sócio-econômicos mais amplos podem superar as limitações.

Desde o início estes processos ficaram condicionados a vieses predominantemente econômicos. O interesse latino americano na formação de blocos econômicos foi mais do que um esforço para impulsionar o desenvolvimento econômico usando assim a via de integração para promover a industrialização e um mecanismo utilizado acima de tudo na busca de uma reação para fugir dos efeitos discriminatórios em que se situavam dentro de uma perspectiva de Centro e Periferia. A esse respeito Prebisch e Felipe Hererra escreveram que na região faltava um conceito político de integração.

Os países latinos americanos possuíam durante anos o desejo de mostrar ao mundo seu potencial econômico. A possibilidade de conseguir a atenção, a confiança dos outros países viria mais facilmente se estes países formassem uma comunidade política e econômica²⁵.

PREBISCH (1949), cepalino fundador dos ideais e estudos sobre as relações Centro Periferia²⁶ propõe inicialmente por meio de um modelo de substituições de importações, alterar as estruturas produtivas da região, mostrando que a especialização produtiva e comercial nos países da periferia é perversa porque não permite a esses países incorporar avanços tecnológicos. Dessa forma, cria-se uma relação desigual de troca de produtos em que por um lado os países periféricos ofertam produtos com baixo conteúdo tecnológico e, por outro, os países centrais vendem produtos dotados de alto conteúdo tecnológico.

Para a CEPAL, a condução de um processo de industrialização constitui o eixo fundamental da política de desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, o pensamento

²⁴ HERRERA, Felipe. **A integração econômica em marcha**. Chile: ed. APEC, Agosto, 1966, p.67.

²⁵ ibidem

desenvolvimentista assinala que, uma vez que, alcançado o grau de desenvolvimento econômico mundial, que se expressa através do aumento da produtividade do trabalho e renda por habitante, a industrialização era portanto, considerada pelos especialistas cepalinos, condição *sine qua non* para o desenvolvimento periférico. Assim sob a ótica da política econômica, a industrialização é considerada um meio indispensável para conseguir um alto ritmo de renda e da produtividade.

Para MORAES (1995), as teses de Prebisch se tornam um verdadeiro manifesto um conclave aos países latino americanos a engajarem-se na industrialização, provocando uma mudança no sistema de divisão internacional do trabalho.

“O ponto de partida (do texto de Prebisch) era um grito de guerra: A realidade está destruindo na América Latina aquele velho sistema de divisão internacional do trabalho(...)que seguia prevalecendo doutrinariamente até há bem pouco tempo. O ataque à ordem internacional existente e seus ideólogos era direto: nessa ordem não cabia a industrialização dos países novos Reconhecia que nós latino-americanos estávamos longe de ter uma correta interpretação teórica da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la necessitávamos abandonar a ótica dos centros mundiais. Com um claro gesto na direção da nova geração assinalava a carência de economistas capazes de penetrar com critério original dos fenômenos concretos latino-americanos. E acrescentava enfático que não bastava enviá-los às universidades da Europa e dos Estados Unidos pois uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade”²⁷

O estudo de uma integração latino-americana deve levar em consideração os grandes desníveis de desenvolvimento econômico e social como é o caso dos países da região.

Para CASTRO (2001), a integração deve ser um critério de superação do subdesenvolvimento e não deve ser avaliada do ponto de vista negativo, simplesmente porque cria desvio de comércio, deve ser vista como uma medida de longo prazo em que se cria um ambiente econômico extremamente importante para o aumento da escala de produção, para o fortalecimento de um mercado regional, que seja capaz de colocar seus produtos em escala mundial a luz de seus efeitos dinâmicos que introduza na estrutura econômica regional.

²⁶ Relação de trocas comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Países em desenvolvimento são considerados periferia uma vez que exportam matéria prima e importam manufaturados os desenvolvidos são considerados centros por deter todo o progresso tecnológico.

²⁷ MORAES, Reginaldo C. Correa. **Celso Furtado o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal**. São Paulo: Ed. Ática, 1995, p.80.

Os efeitos dinâmicos podem ser vistos pela ampliação do mercado regional e pela redução da dependência do país, ou região do comércio, com o mundo exterior, ao menos em termos relativos, isto é, em comparação com a situação que prevalece na ausência de integração. Não só a composição e volume do comércio, mas também o volume total e a composição do investimento são mudados.

O elo entre desenvolvimento e comércio surge aqui em consideração, a redução da dependência de comércio com o mundo exterior provavelmente tem lugar no campo dos bens de consumo e outras mercadorias que podem ser produzidas em áreas subdesenvolvidas com relativa facilidade. Em virtude do aumento do mercado na região, essas mercadorias podem ser importadas em maior quantidade de outros países da região e não de países fora dela²⁸.

Há que se destacar, de formas gerais, que a idéia de integração econômica surge como alternativa para um momento histórico difícil para as economias latino-americanas, que é a estagnação econômica.

“Se o propósito da integração nas áreas em estado de desenvolvimento é a aceleração do crescimento econômico, as categorias de criação e desvio de comércio terão apenas, no caso, importância limitada. Nessa situação, os problemas não residem em como a redistribuição dos recursos econômicos existentes afetará os fluxos de comércio após a integração; mais, ao contrário, as possibilidades de expansão do comércio após a transformação das estruturas econômicas é que precisam ser investigadas. Considerações sobre o panorama do comércio existente entre as economias em estado de desenvolvimento poderão servir para esclarecer o assunto.”²⁹

Para uma operacionalização efetiva da teoria, é necessário o estabelecimento de lista de produtos para liberar o comércio intra-regional, políticas coordenadas de investimento, industrialização, do capital estrangeiro e da correção de distorções geradas pela liberação comercial, além da harmonização das políticas internas de cada país voltadas para a área comercial de modo a compatibilizá-las como os mecanismos de integração. Nesse sentido, os benefícios da integração não podem estar limitados somente a liberalização comercial. Esse conceito deve ser mais amplo para que haja uma verdadeira integração entre os países envolvidos³⁰.

²⁸ VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente a globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.100.

²⁹ BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 2º Ed. Lisboa: Ed. LivrariaClássica, 1961, p.50

³⁰ VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente à globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.100.

Justificativas são usadas pela CEPAL para a utilização da política de substituição das importações³¹ na região latino-americana. É necessária a criação de instrumentos, que permitam evitar o atraso dos níveis de produtividade e salários das periferias em relação aos do centro, impedindo a deterioração e a perda dos frutos do progresso técnico. Para o pensamento cepalino, a proteção, seja mediante taxas aduaneiras ou subsídios, entra como uma forma de compensar a crescente desigualdade de produtividade e de custos na relação centro periferia, para tanto o objetivo básico da industrialização, a preservação dos frutos do progresso técnico, não podem ser alcançados em condições de livre câmbio, exigindo, pelo contrário, a proteção do mercado, durante o tempo e na medida necessária para ir reduzindo as diferenças de produtividade e de salários.³²

A proteção tão defendida pelos cepalinos não se baseia em uma concepção estática, mas dinâmica, em que se supõem que o desenvolvimento do sistema centro periferia se realiza com diferentes ritmos de aumento da produtividade do trabalho. Dadas então, as condições reais de imobilidade internacional da mão de obra, essa diferença traz consigo a deterioração dos termos de troca e a concentração dos frutos do progresso técnico nos centros. A proteção vem para contrabalançar o funcionamento cruel do sistema em seu conjunto para evitar a crescente desigualdade entre os níveis de renda e de vida dos dois pólos que o constituem.

PREBISCH (1949) propõe, uma visão de mudança do modelo econômico existente, rompimento da estrutura centro periferia, modificando o tipo de especialização da periferia, para um desenvolvimento que tenham exportações manufaturadas, competitivas com as dos centros industrializados. Dentro desta perspectiva a industrialização substitutiva não é para ser uma estratégia de longo prazo, mas sim uma estratégia de transição para atingir um novo estágio de especialização internacional.

RODRÍGUEZ (1981), destaca alguns benefícios da integração para a América Latina:

“Ela contribui diretamente para aliviar a tensão do balanço de pagamentos, pois traz consigo um melhor aproveitamento das divisas destinadas a aquisição de equipamentos importados, produz efeitos favoráveis indiretos sobre os obstáculos externos. A industrialização de cada economia não se realiza a custa do comércio exterior. Pelo contrário, gera maior crescimento e maior volume de comércio, a integração permite

³¹ Durante as décadas de 50 e 60, a Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal) preconizava que o desenvolvimento dos países do terceiro mundo passava necessariamente por um amplo programa de substituição de importações. Esse programa tinha o intuito de possibilitar o surgimento de um setor industrial, produtor de manufaturados, que permitisse uma acumulação de capital suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentável e duradouro.

³² **REVISTA DE LA CEPAL**, número extraordinário, seleção de textos out. 1998,p43.

uma industrialização mais eficiente, daí, uma maior taxa global de crescimento e um volume maior de comércio com o resto do mundo. Em outras palavras, considera-se que o aumento do comércio dentro da área não se produziria um detrimento do comércio com o resto do mundo, uma integração bem orientada virá favorecê-lo mesmo que modificando a sua composição e o maior comércio contribuiria para aliviar a tensão externa do conjunto dos países da área, o aumento que a integração traz consigo abre outra possibilidade para atenuar as dificuldades externas: a de exportar manufaturas para o resto do mundo”³³.

A integração pode ser uma forma de ampliação do espaço econômico para os países que dispõem de mercados de dimensões reduzidas, passa a ser visualizada por muitas nações como os instrumentos mais indicados para lograr acesso a mercados mais amplos, melhor conhecido e mais estáveis, que promovam tanto o crescimento das exportações como a substituição das importações sobre uma base regional.

Para FFRENCH-DAVIS (1979), propõe a integração como melhor forma de alcançar alguns objetivos para o desenvolvimento nacional.

“Melhora o acesso aos mercados externos para produtos cuja venda nos países desenvolvidos oferece dificuldades. A associação de um grupo de países possibilita um acesso mais expedito ao mercado regional, economias de escala, que necessitam de mercados mais amplos para poder produzir uma série de produtos em condições razoáveis de custos, a ação conjunta de um grupo de nações concede a estas um poder de negociação maior que a soma de que dispõe cada um de forma isolada, a aceleração do desenvolvimento e o incremento do poder conjunto, que acarreta eventualmente um processo de integração, permitindo em princípio, um grau maior de independência política internacional”³⁴

Assim, com a integração, espera-se evitar uma diminuição gradual da importância da região. A integração é o elemento unificador do pensamento latino-americano frente aos grandes problemas mundiais. A integração, segundo a CEPAL é um meio alternativo para os objetivos de expansão e diversificação do comércio regional, estendendo-se a outras regiões, proporciona maior poder de negociação frente aos países industrializados e melhorar as condições de competição internacional.

³³ RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981, p.71.

³⁴ FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Veinte años de integracion economica en América Latina: exitos y fracasos**. Apuntes Cieplan nº 20 out, 1979, p.20.

As transformações mundiais: globalização de instituições, reprodução ampliada do capital, generalização das forças produtivas e das relações de produção, desestatização, desregulamentação, privatização, abertura de mercados e monitorização das políticas econômicas nacionais pelo FMI e Banco Mundial promovem a busca de novos rumos que devem ser construídos e a modificação dos ideais já existentes. A América Latina sofre mudanças, portanto em seus ideais integracionistas ocorrendo uma “metamorfose” do processo de industrialização substitutiva de importações para um processo de industrialização orientada para a exportação. Ocorre uma mudança drástica no pensamento, inclusive, no pensamento cepalino, que anteriormente defendia um nacionalismo “ortodoxia dos anos de 1950 e 1960” e agora passa a defender um regionalismo aberto transformação produtiva com equidade: *“um processo de crescente interdependência econômica regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas, em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, se possível, uma base para uma economia internacional mais aberta e transparente.”*³⁵

Para CASTRO (2001), o diagnóstico agora é que os modelos anteriormente implantados para a América Latina não conseguem atenuar os desequilíbrios estruturais herdados de anos de concentração de renda e riqueza, garantindo uma equidade social, é necessário que as políticas adotadas pelos países latino-americanos não estejam na contramão da história e sim sigam um caminho lógico.

Paradoxalmente, os ideais cepalinos foram apontados como um obstáculo para o sucesso do processo de integração, pois inicialmente estes ideais estavam associados à defesa da aplicação de uma política de substituição de importações para os países latino-americanos de forma indiscriminada o que acabou por prejudicar os esforços de liberalização comercial na região. Evidenciando que a idéia da integração baseada na substituição das importações em nível regional encontrava-se superada. Mas a CEPAL possui importância pioneira nas questões e formulações teóricas de integração desenvolvidas na região.

Neste contexto, a CEPAL que historicamente apresentava uma tradição de defesa da produção local dos países da América Latina, emblematiza na concepção da especificidade da industrialização periférica como processo de alteração dos termos de troca e das inserções

³⁵ VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente a globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.113.

internacionais das economias da região, passou a aceitar a idéia da primazia do mercado na definição dos desenvolvimentos regionais, concedendo ao ideário liberal uma região de fundo, significando um afastamento de concepções que estiveram presentes nos anos 50 e 60.

De fato a proposta de integração atual é a de um regionalismo aberto com uma transformação produtiva com equidade. Esta elimina protecionismos, defende os processos de liberalização comercial, privatizações, desregulamentações, eliminação de entraves aos investimentos estrangeiros e supressão de restrições de pagamentos.

“O Grupo de trabalho empenhou-se em encontrar soluções adaptadas à realidade. O mercado comum deverá ser resultado de uma política, e não de uma fórmula. Naturalmente, poder-se-ia pensar numa fórmula completa e de longo alcance, na qual bens serviços, homens e capitais circulassem livremente, sem travas de nenhuma natureza num vasto mercado comum latino americano. Esse objeto final deverá manter-se sempre presente, ainda que só passa a ser alcançado por etapas” ³⁶

Nos anos 90, a CEPAL inclui uma política de abertura comercial que não se encontra na CEPAL de antes. Com objetivo de evitar o isolamento tecnológico em plena era da globalização.

Para a Cepal, o progresso técnico é fundamental para uma inserção externa dinâmica e o comércio internacional é por sua vez, um grande incentivador dos ganhos de produtividade.

A integração deve ser encarada como um instrumento de longo prazo em que se cria um ambiente econômico extremamente importante para o aumento de escala de produção, para o fortalecimento de um mercado regional, que seja capaz de colocar seus produtos em escala mundial.

Esses efeitos podem ser mensurados pela ampliação do mercado regional e pela redução da dependência do país, ou região do comércio com o mundo exterior.

³⁶ REVISTA DE LA CEPAL, número extraordinário, seleção de textos out. 1998,p58.

2- CENÁRIO INTERNACIONAL

Após 1930, os países, na tentativa de proteger seus mercados, e diminuir sua vulnerabilidade³⁷, recorreram a tipos de barreiras comerciais protetoras.

Após a Segunda Guerra Mundial testemunha-se um sistemático confronto ideológico, e um contínuo estado de tensão entre Estados Unidos e a URSS.

Havia a idéia de reconstruir a economia mundial desintegrada pelo conflito armado, e assim uma série de organismos internacionais são criados.

Esforços foram realizados no sentido de se retornar ao tipo de comércio multilateral existente antes da depressão de 1929. Foram criados com esse objetivo pela conferência de Bretton Woods, o Banco Mundial, responsável pela reconstrução das economias destruídas pela Guerra e pelo fomento dos países menos desenvolvidos, o Fundo Monetário Internacional, em 1944, reorganizador das condições de liquidez internacional e do sistema financeiro internacional. Previu-se a criação de uma organização internacional de comércio o qual teria como finalidade a redução dos obstáculos ao intercâmbio comercial, atuação como instrumento de ação internacional no campo do desenvolvimento das trocas³⁸.

A hegemonia americana transparece nos terrenos econômicos, militar e diplomático, o dólar tornou-se a moeda universal, expressando o fato de os Estados Unidos terem se tornado credores do chamado mundo ocidental. A posse da bomba atômica confere às Forças Armadas Americanas uma posição de comando das alianças político militares capitalistas, a Guerra Fria passa a espelhar o significado mundial da política internacional gerada em Washington³⁹.

³⁷ Para Hélio Jaguaribe é a capacidade de que dispõem um determinado país em virtude de seus recursos, naturais, humanos e requisitos tecnológicos, em determinado momento histórico de conseguir com os recursos próprios, dentro do quadro do Estado Nacional, condições suficientes para tomar decisões estratégicas relativas ao seu próprio interesse.

³⁸ RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Cambio**. 3ª edição. São Paulo: Editora referencia. 1979, p.186-200.

³⁹ MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo. Ed. Moderna. 1996 p.42-44.

Os Estados Unidos orientam fluxos de dólares para reconstrução européia (Plano Marshall)⁴⁰ e asiática (Plano Colombo)⁴¹. O dólar tem força, credibilidade e convertibilidade tornando a moeda corrente das transações internacionais.⁴²

Com o aparecimento de dezenas de novos países independentes e uma diplomacia efetiva mundial, há a criação da Organização das Nações Unidas que surge no imediato pós-guerra, refletindo o alargamento das fronteiras, antes restritas a Europa aos Estados Unidos e ao Japão⁴³.

Esses novos países independentes advindos do processo de descolonização estavam implantados em estruturas econômicas coloniais e tinham iniciado um processo de dissolução das coletividades rurais tradicionais e de urbanização descontrolada sem gerar ao mesmo tempo uma acumulação interna de capitais. Interessavam a estes novos Estados, alterar as regras do comércio mundial, fundadas em preços aviltados dos produtos primários que exportavam e em elevados preços dos produtos industriais que importavam⁴⁴.

Os megablocos, assentados sobre Estados Hegemônicos como os Estados Unidos, o Japão e a Europa, influenciam periferias maiores ou menores que englobam países com diferentes níveis de modernização.

Para BARBOSA (1991)⁴⁵, uma das principais características que podem ser identificadas na configuração econômica internacional emergente se reflete em primeiro lugar, na afirmação de modalidades de comércio administrado em larga escala e a tendência na formação de grandes blocos ou agrupamentos regionais.

Os movimentos de integração econômica entre Estados soberanos são fenômenos relativamente recentes, datando do período posterior a Segunda Guerra Mundial.⁴⁶ A história européia pós II Guerra se confunde, em certa medida com a história da integração. Foi nela que a integração encontrou mais força e continuidade.

⁴⁰ Programa de Recuperação Européia, lançado em Junho de 1947 pelo EUA - Estados Unidos da América.

⁴¹ Programa de Recuperação asiática, lançado pelo EUA.

⁴² MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo. Ed. Moderna. 1996 p.42-44.

⁴³ ibidem

⁴⁴ ibidem

⁴⁵ BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade**. São Paulo: ed. Aduaneira, 1991, p.40.

⁴⁶ QUINTELA, Thereza Maria Machado. **Teoria da Integração Econômica**. Brasília: Coleção Gerson Augusto da Silva, 1982, p63

Para RATTI (1979), enquanto instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT procuravam resolver o problema da expansão do comércio internacional, abrangendo a quase totalidade das nações do globo, os Estados Unidos, através do Plano Marshall de auxílio à Europa, dedicaram-se a promover a reconstrução econômica dos países daquele continente, mediante a criação, em janeiro de 1948, da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), foi constituída em 1950 uma união aduaneira entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, conhecida pelo nome de BENELUX, dando-se, assim, os primeiros passos para a gradativa liberalização do comércio europeu.

Os três países acima citados, juntamente com a Alemanha Ocidental, França e Itália, compuseram a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço⁴⁷. A Comunidade Econômica do Carvão e do Aço pode ser considerada como ponto de partida para a constituição do Mercado Comum Europeu.

O movimento de integração dos países da Europa Ocidental obedeceu a motivações históricas e políticas, mais que econômicas. Nasceu da imaginação de políticas eminentes, como Jean Monnet, e tinham como objetivo o fortalecimento e o engrandecimento da Europa perante as duas superpotências: União Soviética e Estados Unidos da América.

Com todo este contexto internacional Pós II Guerra e as iniciativas européias (BENELUX e CECA), há na América Latina o início de discussões a respeito da integração o que proporcionou o surgimento de esquemas regionais nestes países em desenvolvimento.

A integração regional para a América Latina foi percebida através de algumas tentativas integracionistas como MCCA, CARICOM e CAN, mas foi via ALALC e ALADI que o Mercado Comum do Sul teve suas origens e a partir desta trajetória é que se consolida o bloco econômico.

⁴⁷ Em 18 de abril de 1951, há celebração do tratado de Paris entre Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, que cria a Comunidade do Carvão e do Aço. Trata-se do tratado constitutivo da primeira

3- AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

A história registra Simón Bolívar como o seu primeiro grande mentor. Em nome da liberdade e da independência das novas nações, ameaçadas pelas metrópoles européias e pela América do Norte, ele formulou uma proposta de unidade regional bastante ambiciosa que incluía os projetos de formação de uma Federação de Repúblicas, de um sistema comum de defesa e de uma União Econômica.

A proposta de Simón Bolívar sofreu grandes resistências e não vingou. Todavia a idéia se manteve ao longo de todo o século passado e durante a primeira metade deste com um conteúdo predominantemente sociopolítico ou, mais precisamente, com uma bandeira em defesa dos genuínos valores latino-americanos face aos externos.

Simón desejava uma América independente, unida e republicana. Em 1826, Bolívar realizou o Congresso do Panamá, defendendo a unidade da América Latina e a solidariedade continental, o que representou a primeira grande manifestação de pan-americanismo, mas fragmentada em diversos estados republicanos.⁴⁸

A experiência de integração latino-americana, apesar de se espelhar na integração exitosa da Europa, via de regra ocorreu de forma diferente dela, elementos de caráter político e desconfianças chegaram a ter maior incidência nos projetos de integração regional.⁴⁹

Em fevereiro de 1960 nasceu, do Tratado de Montevideu 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC. Esta tinha objetivos muito amplos para as condições de sua época, já que previa a criação de uma Zona de Livre Comércio integrando toda a América Latina, em doze anos, eliminação até 1980 do maior número possível de restrições comerciais existentes entre países membros. Foi assinados por Brasil, Argentina, Chile,

Comunidade Européia, impulsionada por Jean Monnet, proposta formalmente em 09 de maio de 1950 pelo ministro de relações exteriores francês, Robert Schuman.

⁴⁸ CORREA, Rossini. **O bloco Bolivariano e a Globalização da solidariedade: bases para um contrato social universalista**. Brasília: Ed. CORREA e CORREA editores, 1998, p.60-100.

⁴⁹ Obstáculos de natureza política e econômica inviabilizaram o aprofundamento do processo de integração na América Latina. A diferença relativa ao aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata, por exemplo, opôs os dois maiores países da região - Brasil e Argentina- durante anos

Uruguai, México, Paraguai e Peru. A ele aderiram posteriormente Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela⁵⁰.

Os principais motivos que limitaram o prosseguimento deste bloco eram que em termos gerais, cada vez que, para reduzir barreiras ao comércio recíproco se formulavam proposições que iam contra interesses de algum país membro todo processo se paralisava, existia também uma diferença entre os desenvolvimentos dos países membros, os pólos industriais da Argentina, Brasil e México exibiam maior grau relativo de desenvolvimento.

A ALALC sofreu também uma divisão em seu meio, onde os interesses de certos países de cunho comercialista se chocavam com interesses de outros países de cunho desenvolvimentista. Estes países comercialistas são justamente o Brasil, México e Argentina, que por serem mais industrializados que os outros integrantes da ALALC, tinham desta uma visão imperialista, causada pela política ultranacionalista da época. Os desenvolvimentistas tinham na ALALC uma oportunidade de alcançar o desenvolvimento próprio, existia ainda uma ausência de Harmonização de políticas econômicas.⁵¹

Para CASTRO:

“A heterogeneidade de estruturas e níveis dos países participantes se manifesta em divergência de aspirações e em exigência de tratamento privilegiado para cada um deles, ou seja, na orientação centrífuga herdada das economias latino-americana, em sua competitividade recíproca, nas distancias e o vazio infra-estrutural, nas diferenças ideológicas, políticas e diplomáticas;

A solidariedade é débil. Faltam as tradições e instrumentos de cooperação econômica multilateral. Nenhum país latino-americano exhibe atitudes previsíveis para cumprir uma tarefa histórica unificadora, nem os três maiores da região (Argentina, Brasil e México) parecem dispostos a colaborar em tal sentido;

A estrutura socioeconômica e política de tipo tradicional, e os setores a ela vinculados, desenvolvem uma tendência generalizada de resistência a troca, que influi na dinâmica do processo integrador. Isso é reforçado pela debilidade, não organicidade e vacilação dos setores que a promovem ou poderiam beneficiar-se com ela;

Cada país mantém, por conseguinte, no melhor dos casos, suas intenções de desenvolvimento como empresa nacional autárquica, há proteção indiscriminada de todo o ramo ou empresa, especialmente as mais antigas e

⁵⁰ MENEZES, Alfredo da Mota. **Do sonho à realidade a integração econômica latino-americana**. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1990, p.70-78.

⁵¹ FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Veinte años de integracion economica en América Latina: exitos y fracasos**. Apuntes Cieplan nº 20 out, 1979, p.32.

incipientes, sem preocupações de economicidade e futuro nem de suas repercussões sobre a integração;

Há um temor de que o livre jogo do mercado em um espaço regional integrado poderia favorecer os países maiores, desprezando o resto”.⁵²

Observa-se que apesar das dificuldades obtidas com a experiência de implementação da ALALC, entre 1960 e 1980, o comércio intra-regional cresce 20 vezes, contra 10 vezes com o resto do mundo, mas ao cabo de 10 anos, o impulso “livre cambista” já dá sinais de fadiga: Os acordos sobre desgravações tarifárias perdem progressivamente o fôlego, até praticamente desaparecer da mesa de negociações.⁵³

MUNHOZ⁵⁴ identifica três fases em sua evolução. Na primeira delas, compreendida entre 1961 e 1962, “*consolidaram-se as correntes de comércio preexistentes, e se incorporou um grande número de produtos as listas nacionais e a lista comum*”. Em 1962 mais de oito mil itens compõem a parte do comércio intra-regional que está sob o amparo das concessões tarifárias da ALALC, o que representa mais de 80% das importações intra-regionais. Apesar de abranger a quase totalidade do comércio entre os onze países-membros, os mecanismos de ALALC não atingem diversos produtos que permanecem sob proteção tarifária. Como se trata de um momento em que o processo de integração se inicia, uma vez que o Tratado de Montevideu somente vigora a partir de 1961, o que se espera é que a parcela do comércio não atingida pelos mecanismos da ALALC, isto é, o comércio não negociado, seja gradativamente diminuído até que todo o comércio intra-ALALC esteja sob o amparo das concessões tarifárias.

A segunda fase se estende de 1963 a 1967, dificuldades e contradições no processo de integração se tornam evidentes, percebe-se por parte dos diversos países membros da ALALC, principalmente os de menor desenvolvimento relativo, que a concessão de um tratamento tarifário preferencial recíproco não necessariamente conduza a equidade na distribuição dos benefícios que dela advém, podendo inclusive acarretar o desmantelamento de setores produtivos internos, provocando uma acentuada redução no ritmo de novas concessões.

⁵² VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do mercosul frente a globalização**. Brasília: Ed. UNB, 2001 p.115.

⁵³ FRENCH-DAVIS, Ricardo. **Veinte años de integración económica en América Latina: éxitos y fracasos**. Apuntes Cieplan nº 20 out, 1979, p.42.

⁵⁴ MUNHOZ, Décio Garcia. **ALADI: avaliação, perspectiva e importância do comércio regional do Brasil**: UNB, 1976, p.25-36.

Outra dificuldade enfrentada se relaciona a adoção da “cláusula da nação mais favorecida” incondicional da ALALC. A necessidade de se estender a todos os demais membros as concessões negociadas bilateralmente, impede um maior incremento de tais negociações.

A partir de 1967, dadas as dificuldades em se avançar no processo de integração por meio da liberalização de produtos tradicionais, incentiva-se o intercâmbio de produtos manufaturados por meio de acordo de complementação industrial, o que possibilita a incorporação de novos itens nas listas de produtos negociados. Essa terceira etapa (1968-1970) é caracterizada, de acordo com Munhoz, pela crescente participação dos bens manufaturados no comércio da ALALC e por uma certa euforia por se acreditar haver superado o estancamento em que se encontrava o processo de integração em meados dos anos sessenta, isso faz com que se contemple de forma excessivamente otimista a possibilidade de se efetivar um mercado comum ainda na década de 70.

Entre 1968 e 1970, o número de itens negociados é incrementado de forma significativa, passando a aumentar, menos em 1972, a partir de quando se mantém praticamente inalterado.

A crise na ALALC cresceu em particular com a instalação dos regimes ditatoriais em praticamente toda a América Latina, a partir de 1964. Os regimes impunham aos países um ultranacionalismo, que se refletia com muita força nas relações exteriores, onde os interesses nacionais eram mais fortes do que os objetivos integracionistas da ALALC.

Durante o período ditatorial, os países latinos americanos viveram na tentativa de projetos nacionais autárquicos, que desprezavam o Integracionismo pretendido pela ALALC.

Percebe-se que a ALALC serve como a primeira experiência de integração na América Latina. O resultado e seu desenrolar demonstram muito mais lento que o desejado. No desenrolar de seus objetivos há uma série de obstáculos, tais como: durante o período de vigência do Tratado não é possível criar uma zona de livre comércio e muito menos se criam as condições para estabelecer um mercado comum, devido fundamentalmente a incapacidade dos mecanismos utilizados para aproveitar as potencialidades do desenvolvimento dos países participantes e a falta de vontade política.

A América Latina passou, ao longo do decênio de 1980, por graves dificuldades econômicas e financeiras. A crise proporcionou, aos países latinos, o avanço na percepção de sua realidade, aprendendo a se conhecer melhor e, sobretudo, uma tomada da consciência da fragilidade e da crescente deterioração de sua posição no cenário internacional⁵⁵.

A América Latina entendeu que seriam necessárias uma agregação de poder e uma intensificação da solidariedade interna para poder enfrentar e começar superar as dificuldades internas e externas, pareceu nitidamente que cada país, isoladamente, não reunia forças suficientes para essa tarefa.

Em decorrência disso, o movimento de integração que estivera em crise na década de setenta, entre em cena, agora renovado.

Como a ALALC se demonstrava uma instituição ultrapassada, vez que já não tinha condições de cumprir os objetivos por si determinados, vencido o prazo estimado, esta foi secundada pela Associação Latina Americana de Integração – ALADI, criada por um novo Tratado assinado em Montevidéu, em 12 de agosto de 1980. O novo tratado representa, em grande parte, uma ruptura com a tradição liberal-comercialista em matéria de integração econômica regional, que prevaleceu durante a vigência da inoperante ALALC⁵⁶.

O Bloco em vigor até hoje, tem como seu principal objetivo a formação de um mercado comum regional, em longo prazo e de maneira gradual, mediante concessões de preferências tarifárias regionais e acordos regionais e de alcance parcial. Através de acordos bilaterais e multilaterais, sua finalidade passou a ser a criação de um comércio intra-regional entre os países membros e entre estes países e terceiros.⁵⁷

Segundo POLLETO (1998), além da ALADI, outros fatores impulsionaram o processo de integração regional. Dentre eles, dois merecem destaque, a saber, a democratização da região e a grave crise econômico-financeira. Os anos 1980 foram marcados pelo retorno da democracia em todos os países com governos autoritários. A democratização de todo o continente latino-americano, além de se constituir num fato inédito, teve também como

⁵⁵ SCHAPOSNIK, Carlos Eduardo. **As teorias da integração e o Mercosul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.250.

⁵⁶ ibidem

⁵⁷ BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade**. São Paulo: ed. Aduaneira, 1991, p.53.

efeitos o despertar de uma nova articulação política e de um novo espírito de solidariedade regional.⁵⁸

Esse Tratado se diferencia do anterior principalmente pela limitação de seus objetivos, tendo sido saudado por seu realismo e flexibilidade. Seu nascimento foi fruto das práticas negativas da ALALC. O propósito mais geral é o de compatibilizar a tendência anterior à acordos bilaterais ou sub-regionais com a sobrevivência do aparelho institucional preexistente⁵⁹.

Apesar de seu estabelecimento em agosto de 1980 só entra em vigor em março de 1982, dando continuidade ao processo iniciado em 1960.

O objetivo principal do Tratado é o estabelecimento, em longo prazo e de forma gradual, de um mercado comum latino americano, como meio de acelerar pela integração, o desenvolvimento econômico social harmônico e equilibrado da região, a fim de assegurar um melhor nível de vida de seus habitantes. Apresenta como funções básicas a promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento de ações de cooperação econômica entre os membros, que contribuam para ampliação dos mercados.⁶⁰

Os princípios básicos, contemplados em seu artigo 3º, estão diretamente ligados ao processo de integração, apesar da diversidade política e econômica existente, sendo por isso mesmo que deve existir uma convergência de interesses para multilateralizar os acordo de alcance parcial para poder estabelecer o mercado comum. O princípio da multiplicidade de formas tem como finalidade obter uma integração harmônica com os objetivos e funções do processo, utilizado todos os instrumentos que possam dinamizar e ampliar os mercados regionais. Diretamente ligado a esse objetivo está a flexibilidade que permite uma convergência progressiva dos acordos de alcance parcial para o fortalecimento da integração⁶¹.

⁵⁸ POLETTTO, Dorivaldo Walmor. *Faseologia do processo de integração na América Latina*. Ciquenta anos de cepal. Vol.I, 1998, p.200

⁵⁹ SCHAPOSNIK, Carlos Eduardo. *As teorias da integração e o Mercosul*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.262.

⁶⁰ BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade*. São Paulo: ed. Aduaneira, 1991, p.62.

⁶¹ POLETTTO, Dorivaldo Walmor. *Faseologia do processo de integração na América Latina*. Cinquenta anos de cepal. Vol.I, 1998, p.200.

Segundo esse artigo há um princípio de tratamento diferenciado que divide os países em três categorias de acordo com suas estruturas econômicas: a) de menor desenvolvimento relativo (Pmder)- Bolívia, Equador e Paraguai; b) de desenvolvimento intermediário (Pdi) – Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; e c) países mais desenvolvidos (Pmd ou ABRAMEX): Argentina, Brasil e México⁶².

Em meio a essa atmosfera politicamente favorável e graças ao novo espaço aberto pela ALADI se estabelece um diálogo de cooperação entre Argentina e Brasil, nos meados da década de 1980.

“Na América Latina até os anos 1990 esses processos integracionistas não haviam alcançado parte dos resultados esperados, sobretudo, entre outros fatores, pela falta de maior tradição comercial entre as diferentes economias, ao mesmo tempo, a ALADI apontou para uma via de integração mais bem sucedida em relação às anteriores.”⁶³

Foi a criação da ALADI, em substituição à ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1980, que gerou as condições necessárias à promoção, em bases mais realistas, do aprofundamento do processo de integração latino-americana. A extinção da "cláusula de nação mais favorecida regional", adotada pela ALALC, permitiu a outorga de preferências tarifárias entre dois ou mais países da ALADI, sem a extensão automática das mesmas a todos os membros da Associação, o que viabilizou o surgimento de esquemas sub-regionais de integração, como o MERCOSUL.⁶⁴

Constituiu-se em 26 de março de 1991 a partir da assinatura do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul. O Tratado de Assunção, juntamente com o Protocolo de Brasília (1991)⁶⁵ e o Protocolo de Ouro Preto (1994),⁶⁶ constituem instrumentos jurídicos do processo de integração dos países que integram este bloco regional.

⁶² BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade**. São Paulo: ed. Aduaneira, 1991, p.74.

⁶³ MOREIRA, Servulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA nº 982,2003

⁶⁴ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁶⁵ Protocolo de Brasília para a Solução de controvérsias assinado na cidade de Brasília em 17 de dezembro de 1991.

⁶⁶ Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul adquiriu personalidade jurídica de Direito Internacional, assinado em 17-12-1994 em Ouro Preto.

4- FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Superando décadas de receios recíprocos e desconfianças mútuas, a partir de 1985, os presidentes da Argentina e do Brasil decidem iniciar um processo de integração econômica que não mais estaria amarrado ao ritmo dos esforços multilaterais regionais, porém seria condicionado pela própria vontade e determinação dos dois países em fazer avançar, relativa complementaridade já existente entre as duas economias.⁶⁷

Em novembro de 1985, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín firmam a ata de Iguaçu, sobre cooperação pacífica no campo de Energia Nuclear, inauguram a Ponte Tancredo Neves, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

Em 1986 os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín assinam a ata de Integração Brasileiro-Argentina, que estabelece um Programa de Integração e Cooperação Econômica, e o Protocolo de Cooperação Nuclear, que reafirma o propósito da cooperação bilateral nessa área.⁶⁸

Em 1988 é celebrado entre Brasil e Argentina o Tratado de Integração Cooperação e desenvolvimento estabelecendo mecanismos para a criação de um espaço econômico comum no prazo máximo de 10 anos.

Em 1990, os presidentes Collor e Menem assinam a ata de Buenos Aires, pela qual o Brasil e a Argentina decidem conformar o mercado comum bilateral 1994.

Em 1991 celebra-se o Tratado de Assunção⁶⁹

Um novo e decisivo impulso foram dados com a assinatura em 06 de julho de 1990, pelos presidentes Collor e Menem, a ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31 de dezembro de 1994 para a formação definitiva de um mercado comum entre os dois países. Em agosto do mesmo ano, Paraguai e Uruguai aderiram ao processo em curso, o que culminou na assinatura

⁶⁷ BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade**. São Paulo: ed. Aduaneira, 1991, p.83.

⁶⁸ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁶⁹ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, para a constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, ratificado em 17 de dezembro de 1994 pelo protocolo de Ouro Preto.⁷⁰

Em 1994 o Mercosul aprova o Protocolo de Ouro Preto, sobre aspectos institucionais, que modifica parcialmente o Tratado de Assunção e confere personalidade jurídica internacional ao Mercosul.

Em 1995 entra em vigor a União Aduaneira, com a adoção da TEC, Tarifa Externa Comum, permanecem válidas, entretanto, listas nacionais de exceção para produtos sensíveis, a serem definitivamente eliminadas entre 2001 e 2006, ao final do período de transição para uma união aduaneira completa.

1996 Chile e Bolívia se tornam membros associados ⁷¹

A evolução dos acontecimentos demonstra a maturidade da idéia de integração sub-regional Latina. Por outro lado, a condução prudente do processo de integração sub-regional mostrou um modo eficaz de se conduzir a União Econômica definitiva de todo o continente, iniciando-se por países próximos geográfica e historicamente, para expandir-se com a adesão de outros, na medida em que foram se consolidado os avanços programados.

⁷⁰ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁷¹ ibidem

4.1 A ATUAL ESTRUTURA DO MERCOSUL

"Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul", conhecido como Protocolo de Ouro Preto e assinado em dezembro de 1994, deu ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira. A partir de sua assinatura, o Mercosul passou a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum.⁷²

Quanto à natureza jurídica dos órgãos do Mercosul e ao sistema de tomada de decisões, o supracitado tratado deu ao Mercosul uma estrutura intergovernamental, ou seja, sempre os governos negociarão entre si, não existindo, portanto, órgãos supranacionais. Sendo assim, as decisões serão sempre tomadas em consenso, não sendo admitida a possibilidade de voto.⁷³

Já no que concerne aos órgãos do Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto criou alguns órgãos novos e manteve a maioria dos órgãos transitórios criados pelo Tratado de Assunção. Atualmente, esses órgãos são os seguintes.⁷⁴

Conselho do Mercado Comum (CMC) – Continuou sendo o órgão supremo do Mercosul, só que agora é o titular da personalidade jurídica do Mercosul. Possui a função de condução política do processo de integração e de tomada de decisões necessárias para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos pelo Tratado de Assunção. É integrado pelos Presidentes e Ministros das Relações Exteriores e da Economia de cada um dos países-membros do Mercosul. A presidência do CMC (que corresponde à presidência *pro tempore* do Mercosul) é exercida por rotação dos Estados Partes, e por períodos de seis meses. As reuniões do CMC ocorrem quantas vezes forem necessárias, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre. Essas reuniões ocorrem no país que preside o CMC. Além disso, são feitas reuniões periódicas dos Ministros das Relações Exteriores e da Economia. O CMC manifesta-se através de Decisões.

⁷² Vide A ESTRUTURA INSTITUCIONAL E NORMATIVA DO MERCOSUL. **Banco de dados**. Disponível em: www.mre.gov.br/mercosul/Mercosul.htm.21-11-03

⁷³ *ibidem*

⁷⁴ Vide A ESTRUTURA INSTITUCIONAL E NORMATIVA DO MERCOSUL. **Banco de dados**. Disponível em: www.mre.gov.br/mercosul/Mercosul.htm.21-11-03.

Grupo Mercado Comum (GMC) – É o órgão executivo do Mercosul. É composto por quatro membros titulares e quatro alternos por Estado, que representem os Ministérios das Relações Exteriores, os Ministérios da Economia (ou equivalentes) e os Bancos centrais. O GMC é coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. Reúne-se em média a cada três meses e manifesta-se através de Resoluções. Conforme o artigo 13 do Tratado de Assunção, o GMC pode constituir Subgrupos de Trabalho – SGT – (órgãos de assessoramento divididos em temas que se reúnem, em geral duas vezes por semestre), quantos forem necessários para o cumprimento de seus objetivos, sendo que suas atividades estão diretamente ligadas aos aspectos técnicos do processo de integração. Atualmente são eles,

SGT-1 – Assuntos Comerciais

SGT-2 – Assuntos Aduaneiros

SGT-3– Regulamentos Técnicos,

SGT-4 – Assuntos Financeiros,

SGT-5 – Transporte Terrestre,

SGT-6 – Transporte Marítimo

SGT-7 – Indústria e Tecnologia,

SGT-8 – Agricultura,

SGT-9 – Energia,

SGT-10 – Políticas Macroeconômicas.

O GMC teve suas funções modificadas e ampliadas, sendo que dessa reavaliação resultou a reorganização dos subgrupos de trabalho, agora em número de 10 (como pôde ser observado acima), das reuniões especializadas e dos grupos *ad hoc*. Além disso, foi atribuída ao GMC a possibilidade de, por delegação do CMC, negociar acordos em nome do Mercosul, bem como assiná-los, se para tal seu mandato for bastante. Não obstante, também poderá delegar esses poderes à Comissão de Comércio do Mercosul.

Comissão de Comércio (CCM) – É um órgão assessor do GMC, que não estava previsto pelo Tratado de Assunção, mas que o Protocolo de Ouro Preto criou e regulamentou. O CCM vela pela aplicação dos instrumentos de política comercial definidos pelos Estados-membros com o objetivo de:

“(...) assegurar o funcionamento da União Aduaneira, assim como acompanhar e rever temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns tanto no nível intra-Mercosul quanto em relação a terceiros países. Sem embargo, a CCM (...) é o órgão do Mercosul que desempenha o papel mais importante na construção do Mercado Comum. É

o principal órgão técnico, cabendo-lhe a função de legislar em matéria comercial. (...) Além de encaminhar ao CMC e ao GMC proposições, a CCM poderá adotar Diretivas, o que a transforma na terceira instituição do Mercosul”.

O CCM reúne-se mensalmente e é composto por quatro membros titulares e quatro membros alternos de cada país.

Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) – É o órgão de representação do poder legislativo dos países integrantes do Mercosul. Foi estabelecida com o fim de preparar a criação do futuro Parlamento Mercosul, a exemplo do que ocorreu na união Européia. Contudo, ainda é apenas uma representação igualitária dos diversos Parlamentos nacionais. Sua função é a de acelerar os procedimentos internos para a entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul, bem como trabalhar na harmonização das legislações dos Estados-membros, além de informar a população sobre o andamento do bloco. É composta por 16 parlamentares das Assembléias Nacionais de cada um dos países membros e pode formular Recomendações, por intermédio do Grupo Mercado Comum (GMC), para o Conselho do Mercado Comum (CMC).

Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) – É o único órgão de representação dos setores econômicos e sociais privados. Sendo assim, é considerado um órgão inovador dentro da estrutura orgânica do Mercosul. É um órgão de caráter consultivo do qual fazem parte representante dos setores empresariais, trabalhistas e outras entidades. Manifesta-se através de Recomendações.

Secretaria Administrativa do Mercosul – É um órgão de apoio operacional com atribuições de caráter administrativo, realizadas por meio da prestação de serviços aos demais órgãos. Possui as funções principais de guarda de documentos e de comunicação das atividades do GMC, devendo também informar os Estados-membros sobre “(...) as medidas implementadas por país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul, servindo esta notificação para o início do prazo de trinta dias para a publicação da norma em seus diários oficiais”. Sediada em Montevideu (Uruguai) não toma nenhuma decisão, apenas executa. É composta por um membro de cada país e Secretário rotativo por seis meses. Sua gestão fica a cargo de um diretor, nacional de um dos Estados-partes, cujo mandato é de dois anos, sendo vedada a reeleição.

Reuniões de Ministros – Sendo, atualmente, em número de nove e não possuindo periodicidade estabelecida, servem basicamente para a troca de experiências e a discussão política de temas selecionados pelos próprios titulares das pastas.

Reuniões Especializadas - Órgãos de assessoramento do GMC, funcionam como os SGTs, sendo que sua pauta negociadora não emana diretamente desse órgão;

Grupos *Ad Hoc* (GAH) - Criados pelo GMC para tratamento de algum tema específico, os GAH têm duração determinada. Uma vez cumprida a tarefa atribuída pelo GMC, são extintos.

Comitês Técnicos (CTs) – Órgãos de assessoramento da CCM que se divide de acordo com os temas tratados.

O Mercosul é um instrumento para melhorar o bem estar dos países através do estímulo ao crescimento econômico e da promoção de uma melhor inserção da região na economia mundial. Um espaço econômico mais integrado estimulará o aumento da produtividade e fortalecerá as condições de inserção e a capacidade de negociação internacional dos países da região.⁷⁵

4.2 - O MERCOSUL PARA A REGIÃO LATINA AMERICANA

Os objetivos do Mercosul abordam a ampliação dos mercados dos quatro países, o aumento na eficiência e na competitividade dessas economias, o incremento da participação desses países no comércio internacional e a conquista do desenvolvimento econômico.

Observa-se que o Mercosul é uma realidade econômica de dimensões continentais. Com uma área total de cerca de 11 milhões de quilômetros quadrados, representa um mercado potencial de 200 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) acumulado de mais

⁷⁵ BOUZAS.R. **Mercosur: Crisis económica o crisis de la integración?** P. 53.Coleção Países e Regiões. 1 ed. Brasília 2002.

de 1 trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do NAFTA, União Européia e Japão. O Mercosul é colocado como quarta economia mundial e possui a principal reserva de recursos naturais do planeta, além de deter um setor industrial dos mais importantes dentre os países em desenvolvimento, sendo uma das economias mais dinâmicas do mundo, conforme gráfico nº02 em anexo.⁷⁶

O Mercado Comum do Sul tem se mostrado um processo de integração econômica regional que teve considerável êxito no contexto latino-americano. Vieira & Carvalho (1997), apresentam alguns dados que permitem a visualização do impacto do Mercosul nas economias da região *“em 1991, o comércio entre os países membros deste bloco somavam apenas US\$ 4,5 bilhões, em 1995, já ultrapassava os US\$ 12,5 bilhões. Enquanto as exportações totais dos países do Mercosul aumentaram 52,5% no período 1990-1995, as exportações intra-regionais cresceram 206,7% no mesmo período.”*⁷⁷

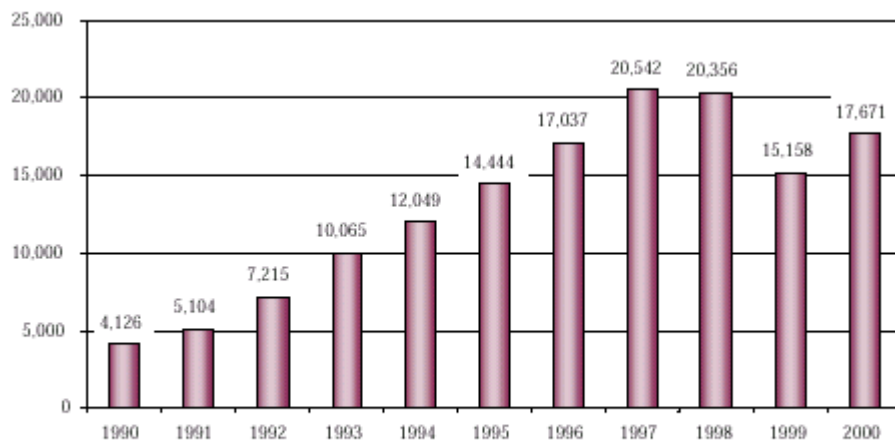
Criado em 1991 com o ambicioso objetivo de transforma-se, em um período de apenas 4 anos, de Área de Livre Comércio em uma União Aduaneira a princípio trouxe sinais claros de crescimento, houve em um espaço de poucos anos um extraordinário dinamismo alcançado pelo comércio, por volta de 1998 dados demonstravam um aumento de 400% nas trocas entre os quatro países: de US\$ 4,1 bilhões, em 1991, o total das importações e exportações saltaram para quase de US\$ 18 bilhões, ao longo destes sete anos, conforme gráfico abaixo.⁷⁸

EVOLUÇÃO DO COMERCIO INTRA MERCOSUL

⁷⁶ BOUZAS.R. **Mercosur: Crisis económica o crisis de la integración?** P. 53. Coleção Países e Regiões. 1 ed. Brasília 2002.

⁷⁷ VIEIRA, Wilson; CARVALHO, Fátima. **Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico.** Viçosa: Vieira & Carvalho/ufv, 1997.

⁷⁸ DRUMMOND. Cláudia. Maria. **O Mercosul hoje: crise e perspectivas.** 2002 Brasília p. 78 Coleção Países e Regiões Brasília: 2002



Fuente: CEI en base a INDEC, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur y Banco Central de Uruguay

É no período compreendido entre 1990 e 1995 que o comércio intra Mercosul registra maior incremento. As exportações entre os sócios passam de 4.123 milhões de dólares em 1990 à 14.384 milhões de dólares em 1995.⁷⁹

O estabelecimento do Mercosul possibilitou à Argentina estender e incrementar seu comércio com os países vizinhos integrantes do bloco tendo como maior parceiro o Brasil “... durante a década, houve incremento das exportações argentinas, sobretudo de produtos manufaturados, setor agrícola e industrial bem como de derivados do petróleo”.⁸⁰

Ajudados pela valorização do real em relação ao dólar em 1994, os argentinos, ampliaram suas vendas ao nosso país, acumulando superávits comerciais. O Brasil passou a representar 30% do destino das exportações argentinas. Entre 1990 e 1998 o comércio inter regional do Mercosul aumentou oito vezes.⁸¹

O comércio externo do Mercosul com o restante do mundo em 2000 é pequeno, um intercâmbio total da ordem de US\$ 174 bilhões, ou seja, apenas 1,3% do comércio mundial. Esse comércio, todavia, apresenta, de 1993 a 2000 um incremento significativo, passando de um total de cerca de US\$ 103 bilhões, para o montante precedentemente referido. O que mais importa, entretanto, são as exportações intrazonais, de um total da ordem de aproximadamente US\$ 10 bilhões, em 1993, chegou-se em 2000, a um total de aproximadamente US\$ 18 bilhões. As exportações intrazonais representavam em 1991 apenas cerca de 11% das totais,

⁷⁹ DRUMMOND, Cláudia. Maria. **O Mercosul hoje: crise e perspectivas**.2002 Brasília p. 79 Coleção Países e Regiões Brasília:2002

⁸⁰ MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA n.º 982,2003.

⁸¹ COSTA. Roberto. Teixeira. **Reflexão prospectiva sobre o Mercosul**. Coleção Países regiões,2002, p.94

passaram em 2000 a representar mais de 20%. O Mercosul absorve mais de 50% das exportações de Paraguai e Uruguai, cerca de 30% das argentinas e de 14% das brasileiras.⁸²

Percebe-se também que empresários do Brasil e da Argentina ainda acreditam nos benefícios que podem advir do espaço negociador que promove o Mercosul *“alguns setores já começam a se movimentar nesse sentido, como, por exemplo, o setor têxtil. A Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT) e a Câmara Industrial Argentina de Confecção assinaram um acordo em 4 de julho de 2002 para a promoção das exportações de produtos têxteis do Brasil para a Argentina”*⁸³

As exportações do Brasil para a Argentina cresceram de US\$ 645,1 milhões, em 1990, para US\$ 5,0 bilhões em 2001, o que representa um aumento de 777,4%.⁸⁴. Percebe-se forte fluxo de comércio após implementação do Mercado Comum do Sul.

Nos anos 1990, 3.834 empresas brasileiras exportaram para os países do atual bloco perfazendo um total de US\$ 1.540 milhões.⁸⁵

Segundo MOREIRA (2003), a criação do Mercosul propiciou a expansão e a diversificação da produção de empresas exportadoras e atraiu a implantação de novas para este mercado regional. Já em 2001, o número de empresas exportadoras para o Mercosul aumentou para 11.436, exportando em total de US\$ 5.476 milhões. Tal dado é representado na tabela 05 em anexo.

De acordo com a tabela 02, há uma crescente participação na exportação de todas as regiões brasileiras para o Mercosul demonstrando o dinamismo e perspectiva de comércio que o bloco possui.

Quanto aos aspectos institucionais o processo de integração já atingiu um alto grau de amadurecimento, desde 1994, o Mercosul conta com uma personalidade jurídica, ratificando a disposição dos quatro países membros de atuarem como um único ente no diálogo com outros países e regiões.

⁸² JAGUARIBE, Hélio. **Mercosul e a nova ordem mundial**. Brasília: Ed FUNAG, 2002 Coleções países e regiões p 98.

⁸³ DRUMMOND, Cláudia. Maria. **O Mercosul hoje: crise e perspectivas**. 2002 Brasília p. 80 Coleção Países e Regiões Brasília: 2002

⁸⁴ *ibidem*

⁸⁵ MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA n.º 982, 2003

As virtudes de ser um país membro do Mercado Comum do Sul são: a dinamização econômica, consolidação do processo de liberalização comercial, atração de investimentos e fortalecimento do relacionamento da região como o resto do mundo.⁸⁶

O aumento do comércio tende a promover modificações estruturais, desde a logística até o maior uso de tecnologia no setor produtivo, o que repercute diretamente sobre a qualidade de vida da população da região.⁸⁷ Devendo ser destacado o aprimoramento contínuo da mão de obra, em razão do incremento do nível tecnológico, acarretando melhorias no valor agregado dos exportados aumentando assim na cadeia, a competitividade dos produtos produzidos pelos países do bloco. Aumenta a inserção destes países subdesenvolvidos no cenário internacional.

Não apenas o comércio foi beneficiado com a criação do Mercosul, mas também, os investimentos sentiram impacto positivo. Estudos da CEPAL de 1997 destacaram o crescimento dos investimentos entre os países do Mercosul, em especial, empresas brasileiras e argentinas *“o número de empresas brasileiras com escritórios ou subsidiárias na Argentina passou de 20 para mais de 400, enquanto mais de 80 empresas argentinas passaram a investir no Brasil a partir da criação do Mercosul”*.

Esses dados destacam a importância do Mercosul como promotor das trocas comerciais entre países membros. A redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, o estabelecimento de diversos acordos entre as partes e preferenciais com outros países, por exemplo, Chile e Bolívia, a eliminação de discriminações aos produtos importados, a harmonização de parâmetros e procedimentos de produção e comercialização e os aperfeiçoamentos da infra-estrutura de base para a região foram fundamentais para os avanços do Mercosul.⁸⁸

De acordo com VIEIRA & CARVALHO (1997), houve também uma participação do Mercosul no que cerne ao desenvolvimento econômico de seus países membros quando da dinamização do setor produtivo da região. Alguns setores sofreram pressões com a abertura e a concorrência com produtos do Mercosul que passaram a entrar com maior facilidade nos países membros. No Brasil merecem destaque as reações que ocorreram no setor agrícola, de

⁸⁶ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁸⁷ MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA n. ° 982,2003.

calçados têxtil e automotivo “*as importações totais aumentaram 170% entre 1990 e 1995 o que auxiliou os processos de estabilização de preços e viabilizou aumentos de produtividade por meio do acesso facilitado a insumos a preços baixos*”

Fica evidente a importância do Mercosul para o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai em termos econômicos. No Plano internacional, o Mercosul tem aumentado sua participação no comércio internacional, a associação desses países em bloco é um instrumento fundamental para a obtenção de mais espaço nos fluxos comerciais de investimentos internacionais. Em 1995, Mercosul correspondia a 3,4% do PIB mundial, 1,6% das exportações e 1,7% das importações conforme dados de VIEIRA.

Para o Brasil, o Mercosul possibilitou ganhos consideráveis ao aumentar o comércio com os países do Cone Sul, ampliou o mercado para os produtos brasileiros, atraiu investimentos, abriu caminho para maior cooperação entre os membros bem como outros ganhos já mencionados anteriormente “*o projeto de integração que o Brasil vem levando adiante com Argentina, Paraguai e Uruguai ao qual se associaram o Chile e a Bolívia é indiscutivelmente uma história de sucesso: fez aumentar as oportunidades de negócios, investimento, crescimento e projeção internacional dos países. A prioridade dada pelo Brasil ao Mercosul haverá de ser consolidada e fortalecida inclusive no plano institucional.*”⁸⁹

A participação de novas empresas exportadoras brasileiras vem aumentando de maneira crescente o que pode ser observado no gráfico 01.

⁸⁸ VIEIRA, Wilson; Carvalho, Fátima. Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa: Vieira & Carvalho/UFV, 1997.

⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília: s.ed. 1998, pp.48-49.

5- CONCLUSÃO

A integração econômica visa criar uma estrutura capaz de trazer maior desenvolvimento às regiões e ocorre através da supressão dos impostos aduaneiros, das restrições quantitativas e qualitativas às importações e de diversos entraves à livre circulação de fatores no interior de uma área: produtos, força de trabalho e capital. A eliminação destas barreiras freqüentemente ocorre em um processo gradativo através de fases e estágios, no sentido da integração.

Pode se revestir de várias formas que traduzem diferentes graus de integração, cinco estágios que podem ser resumidos em: Zonas de Preferências Tarifárias, Zonas de Comércio Livre, Uniões Aduaneiras, Mercado Comum, União Econômica e Integração Total.

Na América Latina observa-se uma forte influência dos pensamentos da CEPAL, quando de integrações econômicas para América Latina. A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo da ONU, em 1948, pode ser considerada um marco importante em termos de estudos a respeito de programas econômicos e ideais integracionistas. As idéias cepalinas objetivavam inicialmente induzir o desenvolvimento industrial e internacional da região latino-americana e caribenha. É uma instituição principal na tarefa de construir um conceito de coletividade latino-americana, com seu trabalho intelectual, ela se projetou internacionalmente e em consequência contribuiu para uma afirmação da América Latina. Como escola de pensamento que se tornou, a CEPAL congregou e formou grande parte dos Cientistas Sociais da América Latina.

A experiência de integração latino-americana, apesar de se espelhar na integração exitosa da Europa, via de regra ocorreu de forma diferente dela.

Quando se fala em experiências para a América Latina cabe destacar o CAN, MCCA, CARICOM, mas é através da ALALC e da ALADI que se dão às origens do Mercado Comum do Sul e a busca de seu fortalecimento.

Em meio a essa atmosfera politicamente favorável e graças ao novo espaço aberto pela ALADI se estabelece um diálogo de cooperação entre Argentina e Brasil, nos meados da

década de 1980, que evoluiu para o Tratado de Assunção, em 1991, o qual deu origem ao projeto do Mercado Comum do Sul quando da adesão do Paraguai e do Uruguai

“Na América Latina até os anos 1990 esses processos integracionistas não haviam alcançado parte dos resultados esperados, sobretudo, entre outros fatores, pela falta de maior tradição comercial entre as diferentes economias, ao mesmo tempo, a ALADI apontou para uma via de integração mais bem sucedida em relação às anteriores.”⁹⁰

Foi a criação da ALADI, em substituição à ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1980, que gerou as condições necessárias à promoção, em bases mais realistas, do aprofundamento do processo de integração latino-americana. A extinção da "cláusula de nação mais favorecida regional", adotada pela ALALC, permitiu a outorga de preferências tarifárias entre dois ou mais países da ALADI, sem a extensão automática das mesmas a todos os membros da Associação, o que viabilizou o surgimento de esquemas sub-regionais de integração, como o MERCOSUL.⁹¹

“Pode se afirmar que tanto a ALADI como a ALALC pavimentaram o caminho para o Mercosul na medida em que lançaram bases para integração na América Latina ”.⁹²

Percebe-se que o Mercado Comum do Sul é uma continuação dos ideais integracionistas para a região latino americana a partir da trajetória ALALC/ALADI e que vem se consolidando trazendo benefícios e desafios a serem superados.

Diante de um panorama de crescente marginalização econômica, política e estratégica, causada, sobretudo pelas mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, e em face de uma evidente perda de espaço comercial, de redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional. Dentro dessa nova estratégia, a integração passa a ter papel importante na criação de comércio, na obtenção de

⁹⁰ MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA n.º 982,2003

⁹¹ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁹² Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais⁹³.

A integração Brasil-Argentina, antecedente imediato do MERCOSUL, foi impulsionada por três fatores principais: a) a superação das divergências geopolíticas bilaterais; b) o retorno à plenitude do regime democrático nos dois países; e c) a crise do sistema econômico internacional. Primeiro de uma série de acordos bilaterais que precederiam o MERCOSUL, a "Declaração de Iguazu", firmada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín em 30/11/85, buscava acelerar a integração dos dois países em diversas áreas (técnica, econômica, financeira, comercial, etc.) e estabelecia as bases para a cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear⁹⁴.

O Mercado Comum do Sul constituído em 1991 pela assinatura do Tratado de Assunção hoje é uma União Aduaneira e almeja um Mercado Comum em 2006.

É uma estratégia utilizada pelos países membros para aumentar os níveis de comércio, atrair investimentos, intensificar a cooperação, dinamizar os setores produtivos, diminuir custo de produção e transação e garantir mais poder de barganha aos membros nas negociações internacionais.

Para o Brasil o Mercosul aparece como uma opção mais viável para o processo de internacionalização de sua economia permitindo o aprofundamento dos vínculos com seus países vizinhos. O Brasil tem cerca de 77% da população total do grupo e 66% de seu PIB é o principal mercado absorvedor das exportações dos demais participantes. Constitui o principal destino de exportações de maior valor agregado e um bloco com o qual o Brasil tem importantes complementaridades.⁹⁵

Desafios existem e são muitos chegando a abalar a estabilidade e a confiança do Mercosul. As turbulências macroeconômicas que se estenderam pela região desde a crise da Ásia e que tiveram como primeiro efeito visível a desvalorização do real em 1999, e a crise Argentina eclodida em 2001 afetaram o desempenho do bloco econômico. Outro desafio decorre da assimetria do Brasil, relativamente aos demais partícipes, a desigualdade do potencial econômico entre os parceiros do Mercosul aparece inicialmente nas diferenças entre

⁹³ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁹⁴ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

⁹⁵ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br>. acesso em: 21.11.03

área, população e geração de riquezas de cada um dos países, dotação diferencial em recursos naturais, produtivos e humanos se reflete em níveis de renda, poupança e investimentos insuficientes.

Mas todos os blocos passam por crises, são pouco mencionadas, entretanto, as várias crises enfrentadas pelo bloco europeu ao longo de sua evolução como a crise do petróleo em 70. Assim como qualquer outro processo histórico, também os processos de integração evoluem em ciclos, de crise em crise, cada uma delas resolvida segundo a percepção de interesses dos setores envolvidos conjugada à vontade política dos governos dos países membros.

O Mercosul é mais do que um importante mercado zonal é o principal instrumento de que dispõem seus participantes para assegurar a proteção de seus interesses internacionais e, em longo prazo, preservar suas respectivas identidades nacionais. Na medida que ele se fortalece e se expande os países membros se beneficiam das crescentes possibilidades de desenvolvimento e de preservação de sua autonomia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 2º ed. Lisboa: Coleção estudos da Economia Moderna, 1961.

_____. **El desarrollo económico y la integración**. México: Centro de estudios latino americanos, 1965.

BARBOSA, Rubens Antônio. **América Latina em perspectiva: a Integração regional da retórica a realidade**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 1991.

BRANDAO, Antonio Salazar. **Mercosul perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **O Eixo Argentina-Brasil o Processo de Integração da América Latina**. Brasília: Ed. UNB, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos**. Brasília: s.ed.1998, pp.48-49.

CORREA, Rossini. **O Bloco Bolivariano e a Globalização da Solidariedade, bases para um contrato social universalista**. Brasília: Ed. CORREA e CORREA, 1998.

CINCUENTA AÑOS DE PIENSAMIENTO EN LA CEPAL. Textos seleccionados, Cepal: Chile, 1998.

DELL, Sidney. **Mercado Comum Latino – Americano. Utopia ou realidade?** Rio de Janeiro: Ed. O cruzeiro, 1966.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Veinte años de integración económica en América Latina: éxitos y fracasos**. Apuntes n. ° 20 1979.

FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima. **Mercosul Hoje**. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1996.

HERRERA, Felipe. **O desenvolvimento da América Latina e seu Financiamento**. Ed. APEC, 1968.

_____. **A integração em Marcha**. Ed. APEC, 1966.

HOUNIE, Adela. **CEPAL: Velhas e Novas Idéias**. Campinas: Revista economia e Sociedade, dez, 1995.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Do Sonho a Realidade: A Integração Econômica Latino Americano**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1990.

MORAES, Reginaldo C. Correa. **Celso Furtado o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

MOREIRA, Servulo Vicente. **Aspectos Macroeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem sobre Desempenho das Empresas Brasileiras**. Brasília: IPEA nº 982,2003

QUINTELLA, Thereza Maria Machado. **Teoria da Integração Econômica**. Brasília: Coleção Gerson Augusto da Silva, 1982.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

REVISTA DE LA CEPAL, número extraordinário, seleção de textos out. 1998.

SCHAPONISK, Eduardo Carlos. **As Teorias da Integração e o Mercosul**: Estratégias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

VIEIRA, Jeferson de Castro. **Dinâmica socioeconômica do Mercosul frente à globalização**. Brasília: UNB, 2001.

XAVIER, Ricardo Basaldúa. **Mercosur e derecho de la Integración**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999.

ANEXOS

TABELA 1

Exportações Brasileiras por Unidade Federativa em Milhões de Dólares de 1990 a 2001

UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Região Norte	2092,2	1966,0	1982,7	2133,8	2136,9	2433,1	2333,0	2441,3	2422,9	2449,0	2939,6	2789,7
Acre	3,1	2,5	2,1	4,3	4,3	5,2	2,4	0,2	0,8	1,2	1,4	5,0
Amapá	64,2	59,7	10,2	59,0	75,9	65,8	98,6	60,9	58,3	41,2	31,9	26,2
Amazonas	208,3	119,6	160,7	152,8	137,7	138,3	139,9	183,7	248,8	392,9	683,8	732,6
Pará	1805,4	1762,1	1787,3	1878,8	1871,9	2181,4	2056,9	2149,4	2065,0	1954,0	2160,3	1970,0
Rorônia	11,0	21,9	18,2	31,9	37,6	37,8	27,0	35,5	35,2	50,9	52,7	48,8
Roraima	0,2	0,3	3,8	6,9	5,8	4,4	6,9	2,5	2,3	1,6	2,3	3,8
Tocantins	0,0	0,0	0,4	0,2	3,8	0,2	1,4	9,3	12,5	7,3	7,4	3,4
Região Nordeste	3534,3	3199,8	3296,0	3177,9	3601,1	4240,0	3745,1	3760,0	3478,0	3069,5	3561,5	3600,9
Alagoas	339,9	304,6	264,4	250,9	247,7	468,1	281,0	323,5	272,7	205,8	198,5	262,0
Bahia	1695,0	1455,6	1619,5	1529,9	1768,9	1919,2	1793,6	1773,0	1710,2	1446,4	1719,4	1824,2
Ceará	268,9	302,6	329,7	289,9	344,3	352,1	369,6	335,2	332,1	339,6	438,1	453,6
Maranhão	516,2	533,4	464,2	488,0	591,9	671,4	662,1	706,9	594,5	606,5	671,0	468,4
Paraíba	61,3	62,7	64,2	73,8	86,0	86,1	100,4	82,5	50,6	57,3	68,6	90,6
Pernambuco	467,1	376,8	382,7	364,6	383,2	574,3	331,3	353,7	338,6	243,2	251,3	288,3
Piauí	37,8	44,8	42,9	68,0	55,2	67,1	60,7	58,8	55,0	45,0	56,1	34,5
Rio Grande do Norte	103,6	89,7	79,2	85,7	89,2	79,2	92,2	88,8	95,1	105,6	132,2	161,4
Sergipe	44,6	29,6	49,2	27,1	34,9	22,5	54,4	37,6	29,2	20,1	26,3	17,9
Região Centro-Oeste	657,2	642,5	758,9	835,0	1150,6	986,5	1343,7	1703,6	1135,4	1184,0	1622,0	2130,7
Distrito Federal	3,4	4,9	11,5	5,9	10,6	6,8	30,0	7,6	4,6	8,2	1,4	9,8
Goiás	235,8	266,1	236,4	262,2	363,0	248,7	376,0	451,6	356,8	298,1	482,1	512,1
Mato Grosso	296,2	250,2	337,6	347,6	479,1	426,3	640,5	880,1	610,1	678,0	914,4	1201,2
Mato Grosso do Sul	121,8	121,3	173,4	219,2	298,0	304,8	297,1	364,3	164,0	199,7	224,0	407,6
Região Sudeste	21954,9	21781,2	23478,3	23474,7	25738,1	26634,7	25943,8	28104,3	28051,5	25625,3	27547,2	27112,7
Espírito Santo	1650,0	1895,6	1800,0	1844,0	2366,1	2748,7	2384,4	2418,2	2251,5	2238,6	2470,1	2090,5
Minas Gerais	5364,9	5418,9	5243,9	5278,8	5853,1	5860,7	5625,5	6861,7	7095,9	5838,3	5938,6	5204,8
Rio de Janeiro	1696,4	1968,2	2055,4	2226,1	2369,5	2057,6	1830,7	1646,4	1666,1	1501,0	1627,8	2068,6
São Paulo	13243,6	12498,5	14379,0	14125,7	15149,4	15967,7	16103,3	17177,9	17038,0	16047,3	17510,8	17748,9
Região Sul	7892,7	7397,2	8947,7	10398,4	11245,4	11401,0	12189,6	13225,2	11649,5	10519,0	11401,1	12643,3
Paraná	2178,8	2022,1	2291,5	2617,3	3605,1	3567,3	4125,0	4608,3	3952,4	3597,5	3886,7	4576,2
Rio Grande do Sul	4014,3	3685,9	4712,5	5462,4	5168,1	5181,7	5502,4	5953,4	5261,6	4572,9	5114,8	5460,8
Santa Catarina	1699,7	1689,3	1943,8	2318,7	2472,2	2652,0	2562,2	2663,6	2435,5	2348,6	2399,7	2606,2
Outros*	505,6	393,1	407,4	650,0	894,6	810,9	831,9	1075,0	1069,0	1074,2	1675,2	1829,0
Brasil	36637,0	35379,8	38871,0	40669,9	44766,8	46506,3	46387,1	50309,3	47806,3	43921,1	48746,6	50106,4

Fonte: Secex. Elaboração: Ipea.

Obs: Outros* – consumo de bordo, estados diversos (café), mercadoria nacionalizada, não declarada, reexportação. Dólar FOB. Deflator: IPC – EUA (1995=100).

TABELA 2

Exportações Brasileiras para o Mercosul por Unidade Federativa em Milhões de Dólares de 1990 a 2001

UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Região Norte	26,3	38,8	61,7	79,2	46,8	53,3	61,8	97,1	150,0	140,7	327,3	276,6
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3	0,8	0,7
Amapá	7,2	3,6	0,1	2,0	2,7	2,1	1,4	2,1	2,5	1,8	0,9	0,3
Amazonas	9,5	14,7	37,5	34,6	15,5	21,8	36,3	55,0	80,6	91,6	277,4	234,5
Pará	9,5	20,3	22,8	40,3	26,1	27,0	21,0	31,7	58,7	39,1	41,5	34,7
Rondônia	0,0	0,2	1,4	2,4	2,6	2,4	3,0	8,2	8,0	7,8	6,6	6,3
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Região Nordeste	112,4	157,2	214,9	247,4	330,3	420,7	468,5	508,6	500,8	392,1	426,0	369,3
Alagoas	0,0	3,9	0,5	1,1	12,3	0,6	8,3	9,7	6,7	0,7	2,4	1,5
Bahia	94,5	109,2	148,9	149,6	195,3	287,1	299,5	332,9	318,9	242,4	260,6	220,1
Ceará	5,3	10,5	12,7	28,6	31,6	43,2	49,9	50,2	59,2	50,4	52,7	46,8
Maranhão	0,1	3,3	20,3	29,0	35,5	38,4	48,9	47,4	43,6	37,1	50,9	49,2
Paraíba	1,1	2,2	0,9	2,9	3,2	7,1	4,1	9,4	11,2	10,5	7,9	3,2
Pernambuco	8,4	19,5	23,5	26,9	45,8	36,7	39,1	40,6	38,8	36,6	34,7	35,0
Piauí	0,5	1,2	0,5	0,6	0,4	1,4	0,7	1,6	2,1	0,7	0,8	0,6
Rio Grande do Norte	0,3	0,6	2,6	3,6	2,2	2,5	4,5	8,1	12,3	7,9	6,8	6,6
Sergipe	2,1	6,8	4,8	5,1	3,9	3,8	13,5	8,7	7,8	5,9	9,3	6,3
Região Centro-Oeste	14,1	27,7	33,0	40,2	39,5	62,1	75,7	101,3	86,6	72,1	64,8	65,2
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2
Goiás	3,1	5,2	10,6	21,1	20,4	23,3	22,1	25,9	16,9	18,2	15,1	21,7
Mato Grosso	1,1	1,8	4,9	6,0	3,0	3,4	7,8	13,0	9,7	14,7	10,5	8,8
Mato Grosso do Sul	9,9	20,7	17,5	13,1	16,0	35,4	45,8	62,4	59,9	39,0	39,0	34,4
Região Sudeste	1.070	1.822	3.268	3.956	4.218	4.123	4.763	5.802	5.570	3.956	4.122	3.189
Espírito Santo	60,9	62,7	63,3	81,4	135,0	157,4	117,1	153,5	106,6	71,9	82,2	53,2
Minas Gerais	143,6	292,5	572,2	632,7	564,2	487,9	509,7	785,2	754,3	424,2	454,3	453,0
Rio de Janeiro	120,5	187,3	294,2	386,0	387,7	317,2	299,3	321,1	283,5	256,2	245,9	243,8
São Paulo	744,9	1.279,7	2.338,2	2.856,2	3.131,5	3.161,0	3.836,8	4.541,9	4.425,6	3.204,0	3.339,4	2.438,8
Região Sul	311	523	861	1.329	1.391	1.363	1.676	1.992	1.920	1.551	1.802	1.485
Paraná	90,0	146,4	245,4	382,2	370,4	337,7	438,8	498,5	463,5	407,5	550,5	449,3
Rio Grande do Sul	160,5	248,1	407,3	640,6	724,1	709,9	870,4	1.030,9	1.036,7	799,6	882,3	720,5
Santa Catarina	60,4	128,8	208,5	306,4	296,7	315,5	367,1	462,6	419,4	343,8	369,1	315,0
Outros*	6,2	14,8	11,1	30,2	61,5	131,1	52,2	87,5	72,6	88,4	101,5	91,9
Brasil	1.540	2.584	4.450	5.682	6.088	6.154	7.097	8.588	8.300	6.200	6.843	5.477

Fonte: Secex. Elaboração: Ipea.

Obs: Outros* – consumo de bordo, estados diversos (café), mercadoria nacionalizada, não declarada, reexportação. Dólar FOB. Deflator: IPC – EUA (1995=100).

TABELA 4

Relação entre Exportações Brasileiras para o Mercosul e Exportações Brasileiras Totais

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Região Norte	1,3	2,0	3,1	3,7	2,2	2,2	2,6	4,0	6,2	5,7	11,1	9,9
Acre	0,0	0,2	0,0	0,4	0,0	0,0	1,5	32,7	0,0	25,6	59,8	13,7
Amapá	11,3	6,0	0,7	3,3	3,5	3,2	1,4	3,4	4,3	4,5	3,0	1,1
Amazonas	4,6	12,3	23,3	22,6	11,2	15,8	26,0	29,9	32,4	23,3	40,6	32,0
Pará	0,5	1,2	1,3	2,1	1,4	1,2	1,0	1,5	2,8	2,0	1,9	1,8
Rondônia	0,3	0,8	7,5	7,5	7,0	6,3	11,1	23,2	22,8	15,3	12,6	12,9
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,5	0,6	0,7	0,0	3,7
Região Nordeste	3,2	4,9	6,5	7,8	9,2	9,9	12,5	13,5	14,4	12,8	12,0	10,3
Alagoas	0,0	1,3	0,2	0,4	5,0	0,1	3,0	3,0	2,4	0,3	1,2	0,6
Bahia	5,6	7,5	9,2	9,8	11,0	15,0	16,7	18,8	18,6	16,8	15,2	12,1
Ceará	2,0	3,5	3,9	9,8	9,2	12,3	13,5	15,0	17,8	14,8	12,0	10,3
Maranhão	0,0	0,6	4,4	5,9	6,0	5,7	7,4	6,7	7,3	6,1	7,6	10,5
Paraíba	1,8	3,6	1,4	4,0	3,7	8,2	4,1	11,4	22,2	18,3	11,5	3,6
Pernambuco	1,8	5,2	6,1	7,4	12,0	6,4	11,8	11,5	11,5	15,1	13,8	12,1
Piauí	1,4	2,8	1,2	0,9	0,8	2,0	1,2	2,7	3,9	1,5	1,3	1,8
Rio Grande do Norte	0,3	0,6	3,3	4,2	2,5	3,1	4,8	9,1	12,9	7,5	5,2	4,1
Sergipe	4,8	23,1	9,8	19,0	11,1	16,9	24,7	23,2	26,9	29,4	35,3	35,2
Região Centro-Oeste	2,1	4,3	4,4	4,8	3,4	6,3	5,6	5,9	7,6	6,1	4,0	3,1
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1	0,5	0,9	1,6	14,5	2,3
Goiás	1,3	1,9	4,5	8,0	5,6	9,4	5,9	5,7	4,7	6,1	3,1	4,2
Mato Grosso	0,4	0,7	1,4	1,7	0,6	0,8	1,2	1,5	1,6	2,2	1,1	0,7
Mato Grosso do Sul	8,2	17,1	10,1	6,0	5,4	11,6	15,4	17,1	36,6	19,5	17,4	8,4
Região Sudeste	4,9	8,4	13,9	16,9	16,4	15,5	18,4	20,6	19,9	15,4	15,0	11,8
Espírito Santo	3,7	3,3	3,5	4,4	5,7	5,7	4,9	6,3	4,7	3,2	3,3	2,5
Minas Gerais	2,7	5,4	10,9	12,0	9,6	8,3	9,1	11,4	10,6	7,3	7,6	8,7
Rio de Janeiro	7,1	9,5	14,3	17,3	16,4	15,4	16,3	19,5	17,0	17,1	15,1	11,8
São Paulo	5,6	10,2	16,3	20,2	20,7	19,8	23,8	26,4	26,0	20,0	19,1	13,7
Região Sul	3,9	7,1	9,6	12,8	12,4	12,0	13,8	15,1	16,5	14,7	15,8	11,7
Paraná	4,1	7,2	10,7	14,6	10,3	9,5	10,6	10,8	11,7	11,3	14,2	9,8
Rio Grande do Sul	4,0	6,7	8,6	11,7	14,0	13,7	15,8	17,3	19,7	17,5	17,2	13,2
Santa Catarina	3,6	7,6	10,7	13,2	12,0	11,9	14,3	17,4	17,2	14,6	15,4	12,1
Outros*	1,2	3,8	2,7	4,6	6,9	16,2	6,3	8,1	6,8	8,2	6,1	5,0
Brasil	4,2	7,3	11,4	14,0	13,6	13,2	15,3	17,1	17,4	14,1	14,0	10,9

Fonte: Secex. Elaboração: Ipea.

Obs: Outros* – consumo de bordo, estados diversos (café), mercadoria nacionalizada, não declarada, reexportação.

TABELA 5

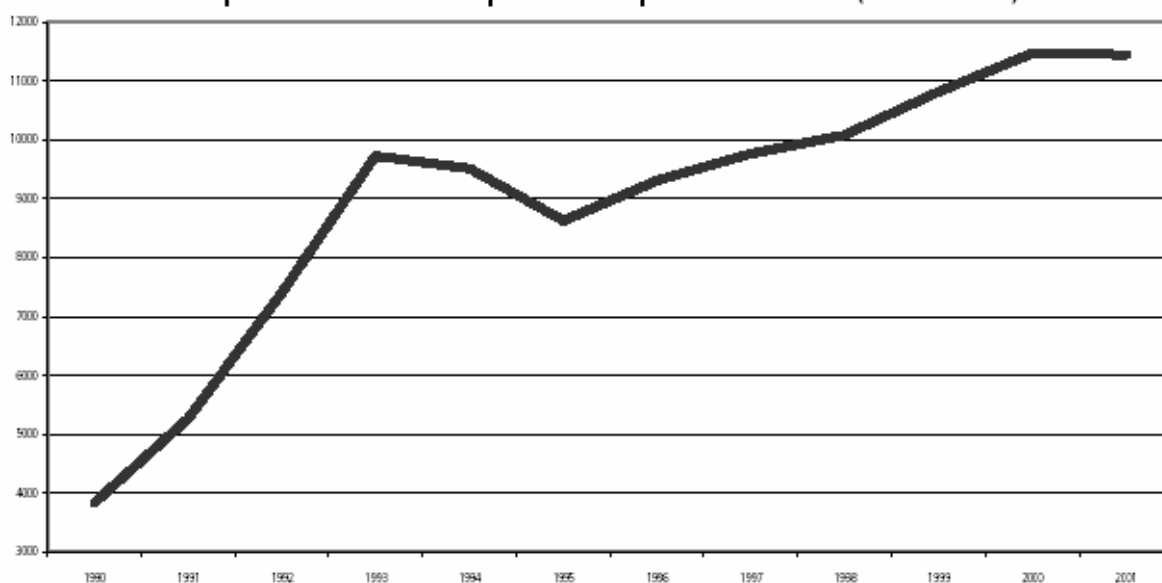
Empresas Brasileiras Exportadoras para o Mercosul e sua Presença no Mercado Exportador para este Bloco (1990 a 2001)

Regiões	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	46	67	79	131	111	92	126	154	172	194	208	196
Nordeste	214	274	313	417	398	337	410	405	430	440	485	500
Centro-Oeste	37	49	66	111	108	108	190	165	176	217	232	222
Sudeste	2490	3337	4581	5808	5711	5271	5458	5741	5745	5927	6262	6182
Sul	1047	1533	2357	3253	3171	2817	3124	3294	3548	4026	4276	4336
Brasil	3834	5260	7396	9720	9499	8625	9308	9759	10071	10804	11463	11436
Empresas brasileiras que começaram a exportar para o Mercosul de um ano para o outro												
Regiões	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Norte	44	43	90	49	47	86	80	84	87	92	68	
Nordeste	131	127	213	146	113	201	148	140	157	175	185	
Centro-Oeste	30	31	74	44	45	131	73	82	110	101	92	
Sudeste	1453	2063	2487	1794	1500	1838	1948	1792	2028	2132	1904	
Sul	747	1187	1517	1036	825	1253	1188	1267	1548	1500	1458	
Brasil	2405	3451	4381	3069	2530	3509	3437	3365	3930	4000	3707	
Empresas brasileiras que deixaram de exportar para o Mercosul de um ano para o outro												
Regiões	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Norte	23	31	38	69	66	52	52	66	65	78	80	
Nordeste	71	88	109	165	174	128	153	115	115	130	170	
Centro-Oeste	18	14	29	47	45	49	98	71	69	86	102	
Sudeste	606	819	1260	1891	1940	1651	1665	1788	1846	1797	1984	
Sul	261	363	621	1118	1179	946	1018	1013	1070	1250	1398	
Brasil	979	1315	2057	3290	3404	2826	2986	3053	3197	3341	3734	
Empresas brasileiras que permaneceram exportando para o Mercosul de um ano para o outro												
Regiões	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Norte	23	36	41	62	45	40	74	88	107	116	128	
Nordeste	143	186	204	252	224	209	257	290	283	310	315	
Centro-Oeste	19	35	37	64	63	59	92	94	107	131	130	
Sudeste	1884	2518	3321	3917	3771	3620	3793	3953	3899	4130	4278	
Sul	786	1170	1736	2135	1992	1871	2106	2281	2478	2776	2878	
Brasil	2855	3945	5339	6430	6095	5799	6322	6706	6874	7463	7729	

Fonte: Secex. Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 1

Número de Empresas Brasileiras Exportadoras para o Mercosul (1990–2001)



Fonte: Secex. Elaboração: Ipea.

GRAFICO 02

Participação do MERCOSUL no PIB da América Latina

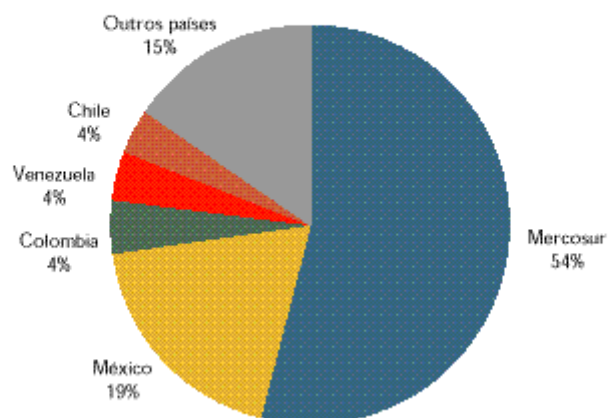


GRAFICO 03

I.E.D. no MERCOSUL: Distribuição por setores

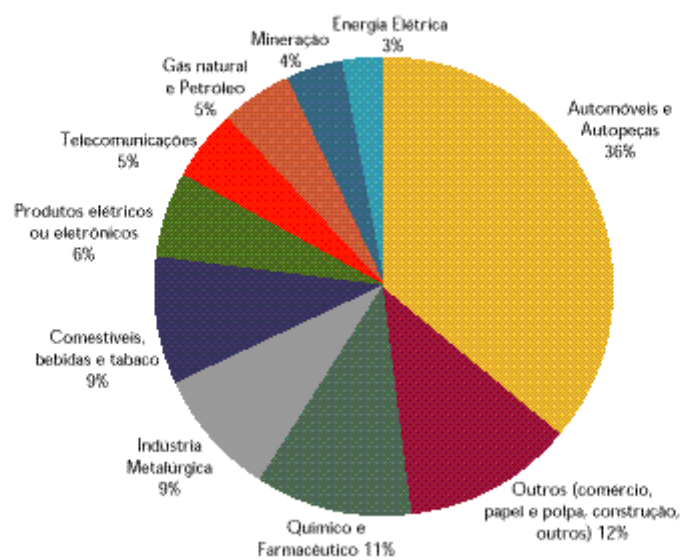
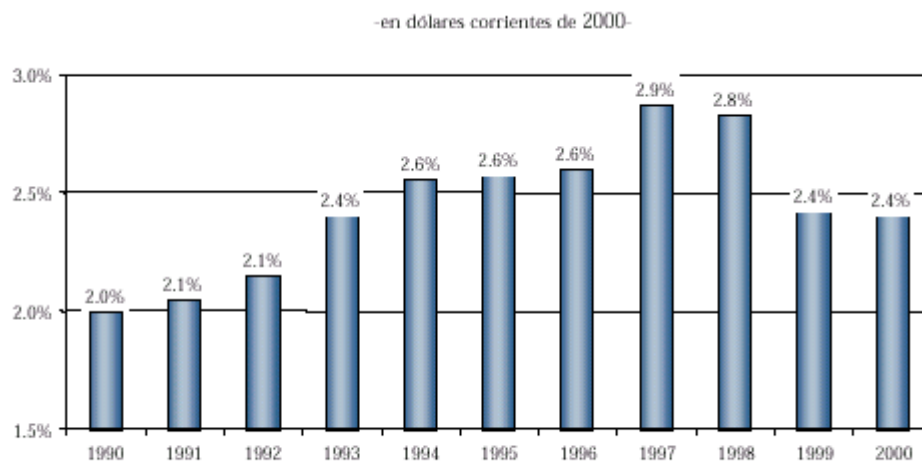


GRÁFICO 04

PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO MUNDIAL



Fuente: CEI en base a INDEC, OCDE, FMI y IBGE